

## APRESENTAÇÃO

**E**ste documento contém propostas de instrumentos de regulação e controle, no contexto do Reordenamento Institucional do Setor de Saneamento, desenvolvidas pela Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento - SEPURB/MPO, sobretudo por meio dos trabalhos realizados pelo Programa de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS<sup>1</sup>, em especial nas atividades de apoio técnico que tem prestado atendimento a solicitações de Estados e Municípios brasileiros.

O reordenamento institucional constitui um dos eixos de reestruturação dos serviços de saneamento no País, diante da necessidade de ampliar a capacidade de investimento e melhorar os níveis de eficiência, condições básicas para o desenvolvimento sustentado dessas atividades e a universalização do atendimento.

A proposta da SEPURB/MPO, nesse sentido, caracteriza-se pelos seguintes pontos principais:

- distinção entre as funções exclusivas do Estado, na formulação das políticas e na regulação dos serviços de saneamento, e a função de prestação dos serviços que pode ser exercida por agente público ou privado;
- criação de instrumentos, no nível federal, estadual e municipal, para a formulação da política, a prestação e a regulação e o controle da prestação dos serviços de saneamento;
- flexibilização nas formas de prestação dos serviços, incluindo a efetiva atração do setor privado para o financiamento e a gestão desses serviços;
- criação das Agências Reguladoras como condição para a prestação dos serviços em regime de eficiência e garantia do interesse público.

Com o propósito de apresentar esta proposta de forma sistematizada e contribuir para o debate da reorganização do Setor, o presente documento, que integra a *Série Modernização do Setor Saneamento*, está dividido nas seguintes partes:

- Parte I – Conceitos e Modelos de Prestação dos Serviços, onde são apresentadas reflexões quanto aos novos modelos de prestação dos serviços de saneamento, seus condicionantes e requisitos, assim como as bases da organização e regulação do Setor.
- Parte II – Uma descrição resumida dos principais instrumentos para a regulação e controle que consubstanciam a proposta da SEPURB: (i) o Projeto de Lei N° 266, de autoria do Senador José Serra, que define diretrizes gerais para a prestação dos serviços, em tramitação no Congresso Nacional e ao qual foram incorporadas contribuições da SEPURB; (ii) modelo de Lei Estadual para a Prestação dos Serviços de Saneamento (para discussão com os Estados) que estabelece condições essenciais a serem observadas qualquer que seja a forma de prestação dos serviços - pública, direta ou indireta, ou privada; (iii) modelo Lei de Criação de Agência Reguladora Estadual.

No Anexo a este documento são apresentados, na íntegra, os três projetos de lei acima referidos, bem como propostas de outros instrumentos elaborados por consultores contratados no âmbito do

---

<sup>1</sup> O PMSS é um programa realizado pela SEPURB/MPO, com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, também vinculado ao MPO.

PMSS: (i) Convênios para a Delegação da Fiscalização pelos Municípios à Agência Reguladora Estadual; (ii) Lei Autorizativa de Concessão.

## 1. INTRODUÇÃO

O Governo Federal executa, por meio da Secretaria de Política Urbana - SEPURB, do Ministério do Planejamento e Orçamento, a Política Nacional de Saneamento, cumprindo assim com os dispositivos constitucionais que definem como de responsabilidade da União estabelecer as diretrizes gerais para o saneamento básico e promover ações de apoio aos Estados e Municípios para aumento da cobertura dos serviços de saneamento, que são os níveis de governo responsáveis, em suas respectivas competências, pela organização de sua prestação.

O objetivo central da Política Nacional de Saneamento, enquanto parte da Política Urbana, é o acesso de toda a população das cidades, vilas e povoados aos serviços de saneamento básico, quais sejam: abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta e destinação final de resíduos sólidos.

Para atender ao desafio da universalização definido na Política Nacional de Saneamento, é necessário, além da retomada dos investimentos, uma profunda reforma no Setor, com ações focalizadas:

(i) na reestruturação do Poder Público, para cumprir com as funções de formulação de políticas, bem como de regulação e controle sobre os serviços;

(ii) na prestação eficiente desses serviços; e

(iii) na flexibilização das formas dessa prestação, como um modo de assegurar a atração de recursos para investimentos e padrões gerenciais e tecnológicos elevados.

Com base em diagnóstico do setor e nas diretrizes gerais da Política Nacional de Saneamento, desde 1995 a União vem desenvolvendo ações interdependentes e complementares visando garantir a meta de universalização do atendimento com água e esgoto até 2010, mediante uma adequada reestruturação do Setor, que garanta a sustentabilidade da prestação dos serviços e a sua ampliação, bem como a compatibilização do saneamento com as ações de saúde, gerenciamento ambiental e desenvolvimento urbano.

Constitucionalmente, as ações de saneamento compreendem responsabilidades concorrentes e complementares da União, dos Estados e dos Municípios<sup>2</sup>. Daí resulta que a reestruturação do Setor requer um amplo conjunto de transformações de cunho legal e institucional que envolve instrumentos de atuação do Poder Público, nos três níveis, e a própria organização do Setor, além de novas formas de financiamento e de prestação dos serviços.

No âmbito da União, o Governo Federal reestruturou, através do programa Pró-Saneamento, a gestão dos recursos do FGTS, possibilitando a retomada dos financiamentos, registrando-se de janeiro de 95 a junho de 98 investimentos da ordem de R\$3,4 bilhões. Considerando-se as diversas fontes

---

<sup>2</sup> Segundo os preceitos constitucionais: (i) a União deve instituir diretrizes gerais para o saneamento básico (art.21, XX); (ii) aos Municípios compete legislar sobre matéria de interesse local, suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, bem como organizar e prestar os serviços de interesse comum (art. 30); (iii) são dos Estados as competências não vedadas na Constituição (competência residual ou remanescente - art.25 § 1º) e, explicitamente, organizar regiões para integrar as funções públicas de interesse comum (art.25 § 3º); (iv) é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, legislar sobre o direito econômico e urbanístico, sobre a proteção ao meio ambiente e a responsabilização por dano ao ambiente e ao consumidor, bem como sobre a defesa da saúde; (v) é competência comum a todos os entes federados promover programas de melhoria das condições de saneamento básico (art.23, IX).

(FGTS, OGU e recursos externos), os recursos totais aplicados nesse período alcançaram mais de R\$ 5 bilhões.

Além da reestruturação desses fundos para investimentos no setor, a União vem desenvolvendo por meio da SEPURB/MPO, diversos outros programas para implementação da Política Nacional de Saneamento e a reestruturação do Setor, como os seguintes:

- Programa de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS;
- Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica - PQA
- Programa Nacional de Combate ao Desperdício da Água - PNCDÁ;
- Programa de Apoio à Gestão dos Resíduos Sólidos - PROGEST; e
- Programa de Capacitação em Elaboração e Análise de Projetos - PCEAP.

Outras medidas, tais como a aprovada pelo Conselho Curador do FGTS e que possibilita a utilização dos recursos disponíveis daquele fundo patrimonial para financiamento da participação privada no Setor Saneamento, bem como o Programa de Assistência Técnica à Parceria Público-Privada - PROPAR, desenvolvido pelo BNDES e Caixa Econômica Federal, utilizando recursos próprios, também integram as ações voltadas para a reestruturação do Setor e devem resultar no aumento dos investimentos e da cobertura, além da melhoria no desempenho gerencial na prestação dos serviços.

É importante destacar, ainda, como reflexo das mudanças, que desde 1995 um número crescente de trabalhos de apoio técnico têm sido demandados por Estados e Municípios à União, visando a realização de estudos para o reordenamento institucional e a modelagem de novas alternativas para a prestação dos serviços de saneamento. A partir desses trabalhos, a SEPURB consolidou propostas de modelos de legislação que servem de base à discussão do tema e conseqüentes adaptações em cada Estado. Resumos desses instrumentos constam do Capítulo 7.

Verifica-se, ainda, que os debates realizados nacionalmente, sobre o reordenamento do Setor, bem como a expectativa de competição pelo mercado, com novos operadores, produziram diversas iniciativas dos prestadores de serviço voltadas para sua reorganização e melhoria de desempenho.

Observa-se, também, que de um modo geral as tarifas públicas de saneamento sofreram ajustes importantes nos últimos anos contribuindo, no conjunto das ações, para uma situação de maior equilíbrio econômico-financeiro e melhor desempenho dos prestadores de serviço.

Essas melhorias podem ser verificadas pelos dados disponíveis nos Diagnósticos dos Serviços de Água e Esgotos, referentes aos anos de 1995, 1996 e 1997, integrantes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, implementado pela SEPURB/MPO. Nas companhias estaduais de saneamento, para as quais se dispõe de séries de dados mais completas e consistentes, pode-se constatar no período 95/97 o seguinte:

- incremento da receita operacional direta da ordem de 49%, influenciado em parte por um aumento da tarifa média de 38 % no mesmo período;
- redução das perdas médias de faturamento de 42,2 % para 39,6 %. Associando este percentual ao faturamento das companhias em 1997 (R\$ 8 bilhões), constata-se uma melhoria de desempenho financeiro em valor superior a R\$ 160 milhões em um ano;
- aumento da produtividade média de pessoal próprio, registrando em 1997 um índice de 4,4 empregados por 1.000 ligações de água, contra 5,1 empregados em 1995. É importante des-

tacar que a despesa de pessoal é o principal item da composição das despesas de exploração dessas companhias;

- os índices de micromedição do consumo, que passaram de 75,6 em 95 para 78,2 em 97, o que contribuiu para a redução de perdas de faturamento.

Embora promissoras, essas indicações de melhoria não devem encobrir a persistência de dificuldades importantes a serem vencidas para que se atinja, nacionalmente, o padrão de qualidade desejável e para que se realizem os investimentos necessários ao cumprimento do objetivo de universalização, em um prazo razoável.

Sendo assim, a reestruturação do Setor, inclusive o efetivo exercício das funções públicas de definição das políticas de regulação e de controle, constituem instrumentos essenciais para que se possa ultrapassar as dificuldades acima referidas, visando melhorar o desempenho geral da prestação dos serviços e para atrair investidores e operadores privados para a execução desses serviços.









**PARTE I**

**CONCEITOS E MODELOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**



## 2. O NOVO MODELO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

*P*romover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, garantindo a inclusão e o atendimento pleno das populações pelos serviços públicos, é uma das funções básicas do Estado. A universalização dos serviços de saneamento, essenciais à vida, à salubridade ambiental e ao desenvolvimento econômico constitui, portanto, um dever do Estado.

Cumprindo mais um ciclo em sua história, o Estado brasileiro passa por um amplo processo de reforma em seus três níveis de governo (federal, estadual e municipal). Parte importante dessa reforma aponta para mudanças nas formas de prestação dos serviços de utilidade pública, com uma tendência cada vez mais nítida de descentralização e delegação a terceiros, sobretudo privados. Essa tendência sucede aos processos de centralização e estatização que prevaleceram nas décadas de 50 e 60.

Existem motivações de ordem geral para a busca dessas novas formas de prestação dos serviços públicos: (i) a crise fiscal e o desequilíbrio das contas públicas; (ii) o esgotamento da estratégia de desenvolvimento baseado na estatização de setores da economia; e (iii) a necessidade de ajustes para a inserção competitiva do país no cenário econômico mundial.

Existem também motivações diretamente relacionadas com o Setor de Saneamento: (iv) a insuficiência de recursos públicos para financiar a totalidade dos investimentos; e (v) as deficiências no atendimento e gastos elevados para execução dos serviços pelas estruturas públicas, diretas ou indiretas.

Diante desse quadro de Reforma do Estado, emerge a necessidade de desenho de um novo modelo para a prestação dos serviços de saneamento, apontando para a participação privada como um dos caminhos efetivos de desenvolvimento da prestação desses serviços.

Entretanto, esse novo modelo não exime o Poder Público da responsabilidade pela garantia do acesso de toda a população aos serviços, obrigando-o a definir as formas de sua organização e a regulamentar e fiscalizar a sua prestação. Até porque o saneamento constitui, ao mesmo tempo, um serviço de utilidade pública e uma atividade de natureza econômica e industrial, além de ser dotado de outras particularidades importantes, como o seu caráter monopolístico e suas externalidades econômicas, sociais e ambientais.

Assim, o modelo público-privado, para ser viabilizado, depende de uma clara separação e integração de funções. O exercício de algumas dessas funções é intrinsecamente inerente ao Poder Público, enquanto que outras podem ser delegadas a terceiros, inclusive e sobretudo, ao setor privado.

As funções que devem ser consideradas nesse novo desenho do modelo são as seguintes:

- **Formulação da Política Pública:** consiste na fixação de objetivos, metas e estratégias de governo que assegurem a universalização e a qualidade dos serviços;
- **Regulação e o Controle:** envolve a definição de regras básicas para a prestação dos serviços, a fiscalização do cumprimento das metas e dos padrões de serviço ofertado, a definição de tarifas e o seu controle, assim como a mediação e resolução dos conflitos entre os atores envolvidos (governo, prestadores de serviço e usuários);

- **Prestação dos Serviços:** compreende a realização dos investimentos e a operação dos sistemas, de modo a garantir a oferta sustentada dos serviços nos níveis e padrões estabelecidos de qualidade e custos.

As funções de *Formulação da Política Pública* e de *Regulação e Controle* são necessariamente exercidas pelo Poder Público, mas não devem ser confundidas entre si. A *Formulação da Política Pública* constitui o papel mais nobre dentre as funções de governo: definir os objetivos e as estratégias de médio e longo prazo. A *Regulação* e o *Controle* atuam no sentido de garantir o cumprimento das regras e o equilíbrio nas relações entre a Política Pública, a Prestação dos Serviços e o Atendimento dos Usuários, evitando que ações de interesse mais imediatos comprometam os objetivos da Política.

A função de *Prestação do Serviço* poderá ser realizada diretamente pelo Estado ou, preferencialmente, por empresas, sobretudo privadas, mediante delegação do poder concedente, submetida a normas e controles públicos (do Poder Público e da sociedade). Quando essa delegação se fizer a uma empresa controlada pelo Estado, este não deverá confundir a sua função de agente responsável pela Política e pela Regulação e Controle com a sua condição de acionista majoritário da empresa prestadora dos serviços.

Tendo como referência as metas e diretrizes da Política Pública e disciplinado pelo Sistema de Regulação e Controle, cabe ao prestador dos serviços, dentro dos limites dos compromissos que tenha assumido como concessionário, explorar os serviços em regime de eficiência, responsabilizando-se pelo atendimento dos usuários nos padrões estabelecidos pela concessão e auferindo, mediante a melhor gestão técnica, operacional e empresarial, os ganhos compatíveis com a sua atividade.

## 2.1. Aspectos Econômicos da Organização dos Serviços de Saneamento

A prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário é considerada como monopólio natural, com custos de investimentos muito elevados, economia de rede, em decorrência de sua infra-estrutura e, portanto, não comporta, do ponto de vista econômico, a construção de mais de um sistema para atender a uma mesma localidade, o que limita as possibilidades de competição. Na ausência de competição, há poucos incentivos à eficiência, os custos tendem a ser altos, a qualidade poderá ser insuficiente e os serviços podem ser inacessíveis a muitos usuários em potencial.

As economias de escopo e de escala são características importantes dos monopólios naturais mas isoladamente não definem essa condição, como mostra o exemplo dos serviços de água e de esgotos. Com efeito, o fato de existirem economias na administração conjunta desses serviços não significa que os dois sejam uma mesma indústria. Embora, geralmente, sejam organizados sob a mesma empresa e dividam custos, especialmente aqueles inerentes à organização e administração da empresa, os serviços não operam pelas mesmas redes e seus processos industriais têm fluxos diferentes. Poder-se-ia dizer que cada um dos dois serviços, separadamente, constitui um monopólio natural <sup>3</sup>.

Não obstante essa separação, é muito freqüente a operação dos dois serviços pela mesma empresa não só pela redução de custos mas, também, pelo fato da cobrança pelo serviço de esgoto ser, geralmente, relacionada ao consumo de água. Com isso se estabelece uma relação de dependência

---

<sup>3</sup> Exemplos da separação destes serviços, prestados por diferentes empresas, ocorrem na Inglaterra, onde existem áreas do país, inclusive partes da capital, operadas por uma empresa de água e outra de esgoto. Proposta semelhante foi desenvolvida recentemente para a cidade do Recife, mas ainda não implantada.

entre a administração do primeiro serviço e a eficiência da cobrança pela prestação do segundo e, portanto, um risco para o primeiro se as operadoras forem distintas.

A possibilidade de reduzir custos e, portanto, maximizar ganhos, tem incentivado a formação de “multi-monopólios” (*multi-utilities*), como, por exemplo, na associação de empresas de água e energia visando reduzir custos comuns (*shared costs*). Tal fato tem, inclusive, apontado novos dilemas, como os atualmente enfrentados pelos reguladores ingleses de energia e de água, respectivamente OFER e OFWAT. O mesmo ocorre no Brasil, a exemplo da recente aquisição de parte do capital social da SANEPAR, companhia de saneamento do Estado do Paraná, pela empresa de energia do mesmo Estado, a COPEL, também estatal, em sociedade com parceiros privados. Isso não significa, de forma alguma, que os dois serviços, em conjunto, constituem monopólios naturais multi-produto. No próprio setor de energia o conceito de monopólio natural vem sendo profundamente questionado, enquanto a sua verticalização já está superada em diversos países, inclusive no modelo de reforma proposto para o Brasil.

Nos últimos anos, todos os monopólios naturais têm sido objeto de questionamentos. Quando públicos, pelas interferências políticas na gestão das empresas, pelas indefinições de fronteira entre a produção do serviço e a sua regulação, pela burocracia gerencial e apropriação de parcela significativa da renda monopolista pelos funcionários das empresas, etc. Quando privados, pela possibilidade de que a regulação seja ineficiente, sobretudo em decorrência da assimetria de informações, com o risco de captura dos reguladores pelas empresas possibilitando o abuso da posição de monopólio e conseqüente apropriação de renda além do limite razoável.

No entanto, existem possibilidades de introduzir mecanismos de competição nas áreas caracterizadas como monopólios naturais, visando aumentar a eficiência e reduzir os riscos do usuário, tais como a simulação de um mercado competitivo por meio da competição por parâmetros de comparação (*yardstick competition*) e a adoção do conceito de empresa modelo, instrumentos de regulação dos serviços. As concessões decorrentes de processos competitivos – competição direta e momentânea pelo mercado - e a aquisição do controle acionário em leilões, bem como a contratação de gerenciamento total ou parcial de uma empresa prestadora dos serviços, por meio de licitação<sup>4</sup> são, também, instrumentos da eficiência.

O fato da regulação ser aplicada para prevenir abusos de poder de um setor monopolístico faz com que sua estruturação dependa diretamente da forma como o monopólio está organizado e das perspectivas, atuais ou futuras, de introdução de competição no setor ou em algumas de suas partes.

Essas considerações levam à conclusão de que a regulação deve ser estruturada de acordo e no momento em que se decide a estrutura do mercado. Algumas questões importantes devem ser devidamente tratadas nesta fase de definição, especialmente com relação ao tamanho ótimo do setor (nível de concentração / desagregação), definição da abrangência do mercado (internacional, nacional, regional, local), barreiras à entrada ou à saída, instrumentos de indução à competição (real ou simulada).

Para a sustentabilidade da prestação dos serviços e a garantia dos investimentos necessários à universalização, é essencial que as receitas, especialmente as tarifas, cubram o custo dos serviços em

---

<sup>4</sup> Na administração dos serviços ou em atividades a ela vinculadas, como a leitura de hidrômetros, a emissão de contas e os serviços laboratoriais, por exemplo, ocorrem economias de escala, mas não constituem monopólios naturais e podem ser objeto de competição, com benefícios para a eficiência do conjunto.

regime de eficiência. No entanto, um regime e níveis tarifários que simplesmente assegurem a viabilidade financeira, mediante a transferência de todos os custos para os usuários, não proporciona incentivos para a prestação eficiente dos serviços. O sistema de regulação deve assegurar que os níveis tarifários permitam, somente, aos **operadores eficientes** cobrir os seus custos.

Outro aspecto importante da regulação é a relação entre eficiência alocativa e acesso universal. A eficiência alocativa requer que se cobre de cada usuário um preço que reflita todos os custos inerentes à prestação do serviço, mas apenas os custos correspondentes à quantidade efetivamente consumida. Essa condição, entretanto, pode ser conflitante com a garantia do acesso de todos aos serviços, especialmente aqueles cujos rendimentos impossibilitem o pagamento de tarifas que cubram a totalidade dos custos.

A circunstância pode tornar necessária alguma forma de subsídio que, no entanto, deverá ser sempre transparente, explicitando a origem, o destino e o volume dos recursos transferidos por esta via, com o objetivo de evitar que os consumidores tenham uma sinalização equivocada sobre o valor econômico da água.

As questões de natureza econômica, referidas neste item, condicionam a organização do sistema regulatório e o próprio exercício das funções de regulação e controle como pré-requisito para a realização das transformações na prestação dos serviços de saneamento.

## **2.2. O Sistema de Regulação da Prestação dos Serviços de Saneamento**

A proposta da SEPURB/MPO para a implementação do novo modelo de prestação dos serviços prevê a institucionalização de um Sistema de Regulação cujos elementos integrantes e principais relacionamentos são indicados no diagrama da página seguinte.

Como se pode verificar no referido diagrama, o Sistema de Regulação proposto envolve instrumentos e estruturas nos 3 (três) níveis de governo, segundo suas respectivas competências constitucionais.



No plano mais geral da União, preconiza-se a definição, em lei específica, das Diretrizes Gerais para a prestação dos serviços de saneamento, tendo como base a Política Nacional de Saneamento. Além disso, a administração de fundos patrimoniais e de recursos do Tesouro nacional utilizados para o financiamento dos investimentos no Setor constituem também instrumentos da execução da Política.

No âmbito dos Estados Federados, a proposta prevê a promulgação de uma Lei Estadual de Prestação de Serviços de Saneamento, a formulação da Política Estadual de Saneamento e a criação de uma Agência Reguladora dos Serviços. Nesse contexto, compete aos Estados a definição da forma de execução dos serviços de saneamento de interesse comum, seja através de outorga direta ou por processo de concessão.

Finalmente, cabe aos Municípios a definição da forma de execução dos serviços de saneamento de interesse local e a promulgação de lei autorizativa, caso a definição seja pela delegação por meio de concessão. No que se refere ao exercício da regulação e controle, a proposta considera tanto a possibilidade da delegação à agência estadual, mediante convênio, quanto a alternativa de criação de agência reguladora municipal para essa finalidade.

A seguir, desenvolvem-se elementos essenciais para o desenho do novo modelo de prestação dos serviços e para a instituição dos respectivos instrumentos do sistema de regulação.

### **2.3. Interesses e Riscos Envolvidos com a Prestação dos Serviços**

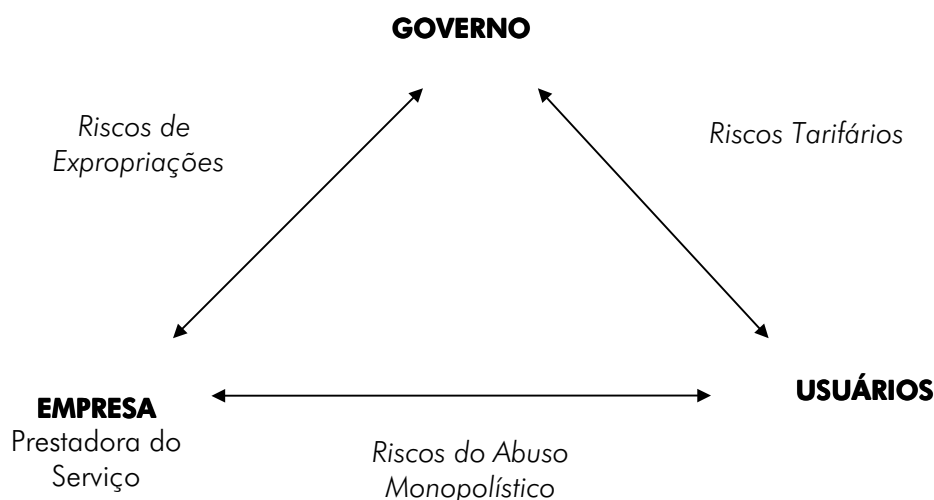
A delegação da prestação dos serviços de saneamento envolve riscos nas relações entre os agentes participantes - governo, prestador dos serviços e usuários - que precisam ser devidamente considerados no modelo de prestação dos serviços.

Esses riscos acentuam-se com o aumento da participação privada no Setor e decorrem tanto da natureza dos serviços de saneamento enquanto serviços de utilidade pública (direito de todos e condição básica de cidadania), quanto pelo fato desses serviços apresentarem duas características econômicas fundamentais:

- *caráter monopolístico de sua exploração*, pois não teria sentido econômico implantar canalizações em paralelo para possibilitar a competição entre diferentes prestadores dos serviços; e
- *a irreversibilidade dos investimentos realizados*, devido ao fato de que os altos valores exigidos pelas respectivas obras de infra-estrutura, uma vez aplicados, não podem ser destinados a outro uso.

Essas características, associando aspectos de natureza política e econômica, determinam os riscos graficamente representados no diagrama e caracterizados no texto apresentado a seguir.





O primeiro dos riscos ocorre na relação entre a empresa concessionária, ou prestadora dos serviços, e os usuários. Sendo o serviço de saneamento monopolístico, a empresa concessionária pode vir a abusar do seu poder sobre os usuários, que não têm outra alternativa de fornecimento do serviço, impondo preços altos e/ou serviços deficientes, como forma de maximizar seus ganhos. Esse risco (*Abuso Monopolístico*) poderá ser ampliado ou reduzido na medida em que a definição de mercado, estabelecida no processo de concessão dos serviços, delimite áreas de mercado compatível com a capacidade regulatória do poder concedente e permita a comparação entre seus diversos operadores, simulando a competição.

A irreversibilidade dos investimentos realizados cria uma condição de risco na relação do Prestador do Serviço com o Governo - representante do poder concedente. Com efeito, a concessionária corre o *Risco de Expropriação* do capital investido, caso o Governo (poder concedente) venha a modificar as regras inicialmente estabelecidas, sobretudo aquelas que se referem ao valor das tarifas desses serviços. Esse risco acentua-se pelo fato de que as concessões, para viabilizar a recuperação dos investimentos, compreendem prazos longos (normalmente acima de 20 anos), envolvendo assim diversos períodos de governo. Além do mais, há sempre o risco de que se torne atraente para o governante adotar medidas que possam render resultados políticos imediatos, mesmo que a custos elevados no longo prazo.

A redução desse risco de expropriação constitui-se num elemento de fundamental importância para o êxito do processo de reforma do Estado que inclui, entre as suas estratégias, a atração de capital privado para a prestação dos serviços públicos. Ou seja, a avaliação do risco de expropriação é um determinante básico na decisão de investimento privado no Setor. Quanto maiores esses riscos, maiores serão os custos estimados pelo setor privado, até o ponto deste desinteressar-se pela prestação dos serviços, frustrando assim uma das alternativas de reforma.

Um outro risco importante é o das distorções tarifárias que, atuando diretamente sobre o equilíbrio econômico e financeiro da prestação dos serviços, pode afetar tanto o prestador quanto os seus usuários, mas sempre envolvendo uma decisão do Governo (poder concedente).

O que se designa como *Risco Tarifário*, no diagrama apresentado, envolve questões de natureza política e econômica porquanto: (i) as tarifas dos serviços públicos podem ser usadas como um instrumento distributivo de renda entre os diversos grupos da sociedade, mediante estruturas de progressividade e critérios de enquadramento nas diferentes faixas de preço; (ii) por outro lado, a pressão de

grupos da sociedade pode gerar distorções na estrutura tarifária dos serviços, criando irracionalidades na sua prestação e sinalizando equivocadamente o valor econômico do recurso água. Sendo um assunto que se relaciona com interesses de grupos sociais que se organizam em busca de vantagens, esse risco insere-se na relação entre os usuários e o Governo, como indicado no gráfico anterior.

#### **2.4. Definição da Titularidade: Pré-Requisito para a Concessão dos Serviços**

Além da decisão política, a atração da iniciativa privada para a prestação dos serviços de saneamento depende, diretamente, de uma prévia e clara definição da titularidade (quem é o poder concedente) e da implantação dos instrumentos de regulação e controle. Esses requisitos são indispensáveis para afastar incertezas e reduzir riscos nas concessões ao setor privado, bem como para exigir maior eficiência dos operadores públicos que permanecerem no mercado.

Não há dúvidas quanto à titularidade sobre os serviços de saneamento de interesse local (aqueles que atendem a um único Município), constitucionalmente definidos como de competência municipal. No entanto, a questão mais controversa, para que se possa garantir concessões induvidosas, é exatamente a definição da titularidade dos serviços públicos de interesse comum a mais de um Município.

Os Municípios integrantes das Regiões Metropolitanas e áreas conurbadas dependem, em sua maioria, de sistemas integrados para o atendimento de suas necessidades de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A definição da titularidade nos serviços comuns torna-se crucial para viabilizar a atração de operadores privados para os sistemas dessas regiões, até porque é nessas áreas que se concentra a maioria dos serviços de saneamento com potencial econômico para atrair o setor privado.

Da mesma forma, essa definição é essencial para a regularização de concessões precárias (sem contrato ou com contrato vencido) que ocorrem, sobretudo, em algumas capitais de Estado, pólos centrais das Regiões Metropolitanas.

O Governo Federal, por meio da SEPURB, na execução da Política Nacional de Saneamento, trabalha no sentido de consolidar a titularidade dos Estados sobre os serviços de água e esgotos de interesse comum, que atendam a Municípios integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões legalmente instituídas. Esse entendimento tem por fundamento tanto os dispositivos da Constituição Federal de 1988, quanto a análise das características próprias daqueles serviços.

Os dispositivos da Constituição, e razões que levariam à conclusão pela titularidade do Estado, no caso dos serviços públicos de interesse comum, são os seguintes:

- a) incumbe ao Poder Público prestar os serviços públicos, de acordo com o artigo 175 da Constituição Federal;
- b) Município é o poder concedente dos “serviços públicos de interesse local”, conforme os termos do inciso V do art. 30 da Constituição Federal;
- c) o Poder Público federal não pode ser o titular dos serviços de interesse comum, porquanto a Constituição Federal assim não o determina;
- d) desse modo, não sendo a titularidade desses serviços comuns da competência federal nem da competência municipal, terá que ser da competência estadual, pois não existe outra instância de Poder Público, além desses três níveis de Governo. Seria este um caso típico de competência resi-

dual ou remanescente, disciplinada no artigo 25 § 1º da Constituição Federal e que estabelece: *“São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”*;

e) ademais, tal entendimento é amparado pelo que dispõe o parágrafo 3º do mesmo artigo 25 da Constituição Federal, que estabelece: *“Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”*. Prestar serviços de saneamento integradamente a mais de um Município, por certo, constitui uma função pública de interesse comum.

A análise das características físicas e operacionais desses serviços de interesse comum reforçaria também a tese de que sua titularidade deve ser exercida pelo Estado, conforme os elementos seguintes:

- a) o que caracteriza um serviço de interesse comum prestado a 2 (dois) ou mais Municípios, é a dependência desses Municípios para o atendimento das suas necessidades ao compartilhamento de instalações e da operação integrada de sistemas físicos que extrapolam a capacidade isolada de cada um deles;
- b) sistemas integrados de prestação de serviços são concebidos, quase sempre, em razão do esgotamento da possibilidade de uma solução local ou em face de critérios de racionalidade técnica e econômica que maximizem os benefícios ao conjunto dos atendidos. Na prática, os serviços de interesse comum se impõem como uma solução para problemas originalmente de interesse local, mas extrapolam esses interesses e não podem ser resolvidos isoladamente por qualquer dos Municípios atendidos;
- c) em diversos casos de serviços comuns, como em vários sistemas integrados de produção de água (captação, tratamento e adução), as suas instalações físicas estendem-se para além da própria área territorial dos Municípios beneficiados;
- d) para estabelecer o que é interdependente e o que pode ser operado isoladamente, é preciso desagregar verticalmente, em cada caso concreto, os diversos componentes de cada um dos processos que compõem a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Constituiriam serviços de interesse comum apenas aqueles segmentos do processo que atendessem integradamente a dois ou mais Municípios;
- e) mesmo quando desagregados em componentes comuns e locais, esses sistemas apresentam entre seus componentes um grau de interdependência técnica, física, operacional e econômica. Por exemplo, um sistema de distribuição domiciliar de água (sistema local) que dependa do fornecimento de um sistema comum (captação, adução e tratamento de água para diversos Municípios) não seria viável sem a garantia do suprimento por aquele sistema mais geral. Da mesma maneira, um sistema comum de produção poderia se tornar inviável (ao menos economicamente) sem a garantia de adesão dos distribuidores a ele vinculados;
- f) essas considerações evidenciam que o interesse comum é uma condição que se acrescenta ao interesse local, sem no entanto eliminá-lo;
- g) os componentes dos sistemas de interesse comum constituem normalmente uma estrutura complexa, cuja integridade precisa ser mantida através de uma gestão e operação integradas, para a garantia do atendimento aos diversos sistemas locais vinculados. Tais fatos reforçam a tese de que a sua titularidade deve ser exercida pelo Governo Estadual, observada e garantida a participação dos interesses dos Municípios integrados a esses serviços comuns.

É importante destacar que a aferição da competência municipal sobre serviços de utilidade pública deve ser feita com base no critério da predominância do interesse local, e não pela sua exclusividade.

Do ponto de vista legal e administrativo, uma definição clara quanto à titularidade dos serviços de interesse comum tornaria inequívocas as responsabilidades do Estado sobre os mesmos, bem como o seu poder para concedê-los e regulá-los. Ademais, esclareceria a titularidade dos Municípios nos serviços de interesse local, ainda que vinculados a sistemas comuns. Em qualquer caso, a lei complementar estadual que venha a criar as regiões, nos termos do artigo 25 da Constituição Federal, deveria estabelecer as formas de cooperação entre Estados e Municípios para o tratamento das questões de interesse comum.

Nada impede, nesse desenho, que as concessões dos serviços de interesse comum e as dos serviços de interesse local vinculados possam ser feitas em processo conjunto, envolvendo Estado e Municípios. Nada impede, também, que se possam fazer essas concessões separadamente, respeitadas as regras mínimas requeridas para a operação do sistema como um todo.

Sobre esse entendimento da questão da titularidade dos serviços de interesse comum não se tem um consenso no Setor. Há posições diferentes, embora nem todas estejam consolidadas em uma proposta consistente. No entanto, entendimento muito próximo do que está explicitado nos parágrafos anteriores consta do Projeto de Lei nº 266 e das emendas já apresentadas e aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. O projeto ora em tramitação dispõe sobre a prestação dos serviços de saneamento e trata, entre outros temas, da questão do exercício do poder concedente.

Em linhas gerais, segundo esse projeto de lei e respectivas emendas, a titularidade dos serviços de interesse comum seria exercida pelos Estados, conjuntamente com os Municípios envolvidos, e a forma de articulação dessa ação conjunta seria definida na Lei Complementar Estadual que cria as regiões.

O PL nº 266 dispõe também sobre outros aspectos essenciais para a regulamentação da prestação dos serviços de saneamento, estabelecendo diretrizes gerais para o exercício das funções de regulação e controle, bem como para a delegação dos serviços. Um resumo deste projeto de lei encontra-se no Capítulo 7. Sua versão integral, com a incorporação das emendas aprovadas na CCJ do Senado, é apresentada no Anexo.

### 3. A REGULAÇÃO E O CONTROLE COMO CONDIÇÃO PARA UM SERVIÇO EFICIENTE E EFETIVO

Como se observou no capítulo precedente, a prestação de serviços públicos envolve riscos para todos os agentes. Reduzir esses riscos nas relações entre Governo, prestadores dos serviços e consumidores é um dos papéis importantes da regulação, de modo a assegurar que todos os interesses sejam harmonizados, evitando que algum se sobreponha aos demais.

Para que esse propósito seja concretizado, há que se instituir regras para mediar as relações entre as partes, bem como criar condições para que as mesmas sejam efetivamente observadas qualquer que seja a forma de prestação dos serviços. Assim são reguladas as relações entre as partes, definindo e respeitando direitos e deveres, mas, ao mesmo tempo, permitindo que as “regras do jogo”, sejam refeitas quando necessário e em bases mutuamente aceitáveis.

Nesse contexto, a regulação tem três importantes objetivos:

- proteger o usuário do abuso monopolístico;
- salvaguardar o prestador dos serviços de ingerências políticas prejudiciais aos seus direitos e/ou ao cumprimento de seus deveres;
- preservar o Governo de pressões de interesses organizados que possam comprometer os objetivos da política e o equilíbrio da prestação dos serviços.

Visando esses objetivos, a regulação tratará sobretudo da qualidade do serviço e do preço envolvendo: (i) a qualidade do produto e do atendimento; (ii) a cobertura; (iii) os direitos e deveres dos usuários; (iv) a modicidade da tarifa; (v) o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos; (vi) as metas ambientais.

Os padrões de qualidade, as metas de cobertura e as exigências ambientais refletem-se, necessariamente, no custo dos serviços e, por consequência, no seu preço. Assim, a questão tarifária assume importância capital na regulação da prestação dos serviços.

#### 3.1. A Regulação Tarifária

Mesmo quando há competição pelo mercado, como a licitação de uma concessão, por exemplo, uma questão central da regulação é fazer com que a eficiência conseguida na licitação seja mantida ao longo do período da concessão, tendo em conta que as necessidades sociais, as tecnologias e o ambiente econômico poderão sofrer transformações ao longo de um período de 20 ou 30 anos. Tanto essas mudanças como o comportamento do concessionário ao longo do tempo não podem ser previstos integralmente em um contrato. É papel da regulação, portanto, assegurar o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como os ajustes necessários decorrentes das transformações ocorridas, garantindo os direitos dos usuários.

Isto requer que as regras para as revisões periódicas das tarifas induzam a melhoria do desempenho das empresas, criando incentivos para uma gestão empresarial eficiente. Os processos de revisão regulatória constituem-se em negociações nas quais são confrontados os interesses dos prestadores dos serviços e aqueles vinculados aos objetivos da regulação. Os contratos devem prever os períodos em que essas revisões se realizam, mas podem ocorrer necessidades extraordinárias em que os regula-

dores vão estar pressionados pelos prestadores de serviços a intervir, mesmo fora dos períodos revisionais, quando houver desequilíbrio econômico ou, ainda, quando se verificarem ganhos das empresas maiores do que os esperados ou impactos negativos sobre grupos de consumidores, decorrentes, por exemplo, de restrições de consumo e/ou elevadas tarifas. Os próprios governos podem também querer intervir, por razões macroeconômicas ou relacionadas com os aspectos da equidade no acesso aos serviços, por exemplo.<sup>5</sup>

Tais negociações e revisões pressupõem a definição prévia de critérios de estabelecimento dos preços, ou seja, das tarifas. Diversos regimes de regulação tarifária podem ser adotados no Brasil, permitindo flexibilidade e melhor adequação em cada caso. A seguir, descrevem-se sucintamente alguns desses modelos:

**Limite de Preços (*Price-cap regulation*)** - Em tese, a regulação por limites de preços baseia-se em custos de longo prazo, estabelecidos a partir de metas de expansão e qualidade dos serviços, e em taxa de retorno razoável. Se o concessionário é capaz de reduzir seus custos em níveis inferiores aos esperados, os ganhos de produtividade são considerados lucros adicionais decorrentes de sua eficiência. Nesse sentido, há um forte incentivo à eficiência produtiva (redução de custos). Esse regime tarifário permite ainda que custos adicionais, que escapam ao controle do prestador dos serviços, como, por exemplo, preço a ser pago pela captação de água bruta ou aumento em impostos (exceto aqueles sobre lucros), sejam passados diretamente aos usuários, reduzindo riscos macroeconômicos e políticos. Por outro lado, as revisões periódicas possibilitam que esses ganhos de produtividade sejam repartidos com os usuários.

Esse modelo regulatório deve prever ainda a utilização de fatores de produtividade ou de incremento de custos que podem gerar redução ou incremento tarifário ao longo de um período determinado. Para o estabelecimento dos níveis esperados de eficiência e de preços, pode-se fazer o uso de ferramentas como a comparação de desempenho (*yardstick competition*), onde se fixam parâmetros pelo desempenho médio ou de empresas modelo, fictícias, usadas para comparação com o desempenho real das empresas. Esses modelos vêm sendo desenvolvidos e utilizados no Reino Unido e no Chile, respectivamente.

**Limite de preço parcial** - Este modelo, muito utilizado nas concessões francesas, permite que os preços reflitam os movimentos dos custos aplicados ao setor, admitindo, no entanto, que apenas uma parte desses custos seja repassada às empresas (geralmente 85%). Isso estimula as empresas ao alcance da eficiência, mas não permite a comparação de desempenho nem considera diferenças tecnológicas ou no ambiente operacional, além de induzir os concessionários a ter uma base tarifária mais alta para compensar a indexação.

**Limite de receitas (*revenue cap*)** - Este modelo, ao invés de limitar a tarifa (*price cap*), limita a receita total da empresa regulada, sendo uma alternativa adotada, geralmente, nos casos onde predominam fortemente os custos fixos e onde ocorrem incertezas com relação ao comportamento da demanda. Quando ocorrem estas circunstâncias, os riscos assumidos pela empresa prestadora dos serviços, regulada por limite de preços, podem ser elevados se a redução de consumo for considerável, o que a levaria a ter sua receita mais fortemente reduzida do que os seus custos. A aplicação do regime tarifário que limita a receita (e não o preço) protegeria a empresa desse risco.

---

<sup>5</sup> Como exemplos podem ser citados a revisão tarifária extraordinária ocorrida no setor elétrico inglês, em 1995, e o processo atual de revisão tarifária (incluindo mudança na estrutura tarifária e metas) da concessão dos serviços de saneamento de Buenos Aires.

Além disso, esse regime pode também proteger o usuário de uma remuneração excessiva por parte da empresa prestadora dos serviços. Com efeito, se a demanda é incerta e a taxa de retorno prevista, a empresa pode aumentar suas vendas em proporção superior ao esperado, inclusive se o incremento de ligações for inicialmente subestimado, extrapolando o retorno total razoável. O regime de limite de receitas reduz esse risco e, adicionalmente, estimula o uso racional da água pela empresa e, por conseguinte, pelos usuários, bem como o aumento das vendas e do número de ligações para um dado investimento.

Deve-se ressaltar, finalmente, que o regime de limite de receitas não é o mais adequado quando se trata de uma concessão onde é importante a redução de perdas, pois não traz incentivos diretos ao aumento da eficiência produtiva.

**Custo do serviço (*rate of return*)** - Este modelo de regulação tarifária prevê que a empresa regulada receba uma taxa de retorno fixa sobre o capital por ela investido. Desta forma são reduzidos os riscos assumidos pela empresa concessionária, permitindo diminuir os custos do financiamento dos investimentos e, portanto, o valor da tarifa. Essa é a principal vantagem deste modelo, especialmente quando existem grandes investimentos a serem realizados.

Entretanto, o modelo apresenta, também, desvantagens. A principal delas é o incentivo para que a empresa invista mais do que o necessário, a fim de aumentar o valor absoluto de sua remuneração. Para compensar esse risco, é necessário que o sistema de regulação verifique, permanentemente, os custos reais dos investimentos e quais são aqueles admitidos - ou seja, os projetos precisam ser analisados e aprovados, elevando os custos regulatórios.

É importante destacar que a taxa de retorno é um tema importante mesmo no regime de limite de preços ou de receitas, em que se faz necessário considerar uma determinada taxa de retorno sobre os custos de capital para fixar o referido limite. Ou seja, em qualquer regime tarifário, especialmente em situações de elevados investimentos, a taxa de retorno será elemento central de análise para a definição das tarifas, seu monitoramento e revisão.

**Divisão dos Lucros (*profit sharing*)** - Mais do que um modelo de regulação tarifária, a divisão dos lucros (ou, como preferem alguns autores, dos ganhos de produtividade) é um instrumento para dividir, entre a empresa e os usuários, os lucros excedentes em face de um aumento na eficiência produtiva superior ao esperado quando do estabelecimento da tarifa inicial. Essa alternativa pode ser adotada tanto no regime tarifário regulado por limite de preços, quanto em um que utilize taxa de retorno. Na medida em que o serviço é de utilidade pública e monopólico, os consumidores são cativos (não têm alternativas de provisão dos serviços ou produtos substitutos) e existe uma demanda constante e mínima, esse modelo parece ser uma alternativa justa, com efeitos distributivos positivos. O bem estar (benefício) de usuários e empresas é, neste caso, menos dependente de decisões do regulador.

Com relação aos incentivos para aumentar a eficiência produtiva, o modelo de divisão de lucros é melhor do que o de taxa de retorno, porém inferior ao de limite de preços. Outra vantagem é que a introdução de uma fórmula automática de divisão dos ganhos excessivos traz benefício diretos aos usuários sem necessidade de uma intervenção direta do regulador, portanto, com custos regulatórios mais baixos. Esse modelo, utilizado na Europa desde a primeira metade deste século, está, inclusive, previsto nas propostas de legislação constantes deste texto, como o PLS 266/96 e a proposta de lei estadual de prestação dos serviços.

**Taxa Fixa** - Esse modelo consiste no pagamento de uma taxa fixa (*fixed-fee*) a um concessionário para a prestação dos serviços em condições previamente definidas. No modelo tradicional, a taxa

independe do comportamento dos custos, não havendo incentivos para a redução destes. Alguns modelos mais evoluídos incluem, porém, metas de desempenho vinculadas às taxas, inclusive o pagamento de prêmios ou o desconto de penalizações, introduzindo incentivos à eficiência. É também uma alternativa muito utilizada em contratos de gestão, onde estão excluídos o financiamento de investimentos em expansão. A taxa pode ser estabelecida em valor ou em percentual do faturamento ou, ainda, dos custos operacionais. Esse modelo é adotado em alguns países da Europa Central.

Para contratos de concessão com prazos entre 20 ou 30 anos, por exemplo, esse modelo não parece adequado, uma vez que existem muitas incertezas ao longo do período para que se possa estabelecer a taxa fixa adequada para cobrir os investimentos necessários ou os custos presumidos.

**Sistemas Discrecionários por Comitês Tarifários** - Esse sistema consiste na definição de tarifas, inclusive revisões, através de comitês geralmente compostos por segmentos de interesse envolvidos na prestação dos serviços. Nesse modelo, onde não há critérios claros para as revisões tarifárias, o poder discrecionário do comitê é grande. Há um incentivo para que a empresa opere em condições satisfatórias e a custos razoáveis, sob pena de sofrer restrições que ajustem as tarifas de modo desfavorável. No entanto, existem riscos importantes como interferências políticas, captura de membros do comitê pela empresa e, ainda, incentivos insuficientes à eficiência. Alguns países da Europa, como Áustria e Espanha, usam esse modelo em alguns serviços. No Brasil ocorrem experiências similares, por exemplo, na área de transportes coletivos municipais.

**Modelos Híbridos** - Os modelos híbridos combinam diferentes sistemas de regulação tarifária, como, por exemplo: limite de preços com a presença de alguns preços repassados diretamente aos usuários; limite de receita com preços repassados diretamente; limite de preço e taxa de retorno. Geralmente os sistemas de regulação tarifária mais modernos se constituem em modelos híbridos. Um exemplo é o regime tarifário adotado pelo setor elétrico brasileiro, onde se adotam referenciais tarifários como os custos marginais de longo prazo, limite de receita e limite de preços. Por exemplo, se um sistema apresenta características de possíveis ganhos de produtividade decorrentes de eficiência produtiva mas que exigem elevados investimentos em expansão, com um bom nível de conhecimento dos custos envolvidos, uma boa alternativa pode ser a adoção de um modelo tarifário que combine limite de preços para a parcela correspondente aos custos operacionais e taxa de retorno, aplicada aos custos de capital.

### 3.2. A Regulação da Qualidade

Não é possível separar inteiramente os aspectos qualidade e preço em termos da regulação. Qualquer valor que se atribua como preço do serviço - tarifa - estará necessariamente vinculado a um determinado padrão de qualidade. No entanto, é importante ressaltar o objeto da regulação da qualidade.

A regulação da qualidade do serviço abrange a definição de padrões para o produto - a água potável e os efluentes de esgotos - que, de resto, são definidos em função de normas e procedimentos relacionados com a saúde pública e com o meio ambiente, estabelecidos, sobretudo, pela União e pelos Estados.

Mas o objeto principal deste aspecto da regulação é a qualidade do próprio serviço, o que inclui o nível de cobertura, o atendimento aos usuários e características físicas tais como por exemplo a pressão na rede de distribuição de água. Ou seja, o exercício da regulação sob este ângulo deve responder a quatro dos cinco requisitos da administração de serviços de utilidade pública: (i) a *permanência*,



que impõe a continuidade do serviço; (ii) a *generalidade*, que exige serviço igual para todos; (iii) a *eficiência*, que se refere, principalmente, à atualização tecnológica e gerencial; e (iv) a *cortesia*, que se traduz no bom tratamento ao público<sup>6</sup>.

A regulação da qualidade da prestação dos serviços tem interfaces importantes com outros sistemas regulatórios como, por exemplo, do meio ambiente e recursos hídricos uma vez que os serviços de saneamento são usuários desses recursos e, portanto, devem submeter-se à regulação pertinente. Esse é um aspecto essencial a destacar, ressaltando que se trata de interfaces que requerem articulação e coordenação e não conflitos e superposições. A regulação da prestação dos serviços não substitui a regulação ambiental e dos recursos hídricos.

No que se refere à cobertura, considerando a diversidade de situações e de padrões de renda e de consumo dos diferentes estratos sociais, as exigências do sistema regulatório da prestação dos serviços não devem restringir-se a índices globais. É necessário estabelecer metas de cobertura separadamente para cada serviço, distinguindo populações urbanas e rurais, além de fixar metas específicas para o atendimento das populações de baixa renda, cujo atendimento, muitas vezes, é menos interessante para o prestador dos serviços.

Um outro aspecto que diz respeito às metas de cobertura e que se relaciona com o estágio atual dos serviços de saneamento no País é o tratamento dos esgotos sanitários. O nível de carência, sob esse ângulo do problema, e a degradação ambiental de áreas urbanas resultante desta deficiência, recomendam que se cuide de estabelecer, também, metas específicas para o tratamento e disposição dos esgotos, eventualmente diferentes das metas para os sistemas de coleta.

Em casos especiais decorrentes de circunstâncias técnicas e limitações econômicas, pode ser necessário optar pela implantação gradual e progressiva do tratamento dos esgotos. Nesses casos é crucial que os sistemas regulatórios da prestação dos serviços e do meio ambiente sejam capazes de agir de forma articulada, evitando que a exigência inflexível da solução ótima venha a inviabilizar melhorias importantes e imediatas do ponto de vista da saúde pública e do meio ambiente. Duas exigências, no entanto, seriam necessárias nesses casos: (i) o estágio a ser implantado inicialmente não pode agravar as condições ambientais pré-existent; e (ii) devem ser estabelecidos os prazos para as fases seguintes do processo e as multas correspondentes aplicáveis pelo seu descumprimento.

### **3.3. As Formas de Regulação e Controle**

Há, basicamente, duas vertentes principais em termos de regulação e controle:

- uma que considera o contrato de concessão como o único instrumento de regulação, sendo os conflitos resolvidos bilateralmente ou por via judicial;
- uma outra que, além da importância do contrato de concessão, atribui papel significativo à legislação específica e às regulamentações correspondentes, bem como à instituição de um ente regulador que constituem um sistema de regulação de Estado.

A experiência internacional com serviços de utilidade pública em geral e os primeiros passos no sentido da regulação em âmbito nacional (energia elétrica e telecomunicações, sobretudo) sinalizam favoravelmente à segunda alternativa.

---

<sup>6</sup> O quinto requisito é a modicidade das tarifas que é o objeto da regulação tarifária.

A primeira das razões pelas quais deve-se privilegiar esta segunda alternativa é o fato de que o contrato de concessão envolve apenas dois dos três agentes: o Governo e o prestador dos serviços. Portanto, é necessário que a legislação e seus regulamentos assegurem aos usuários, terceiro agente envolvido e beneficiário final dos serviços, alguma forma de participação no processo de decisão sobre os serviços prestados. A própria legislação federal que trata das concessões de serviços públicos refere-se à participação dos usuários na atividade de fiscalização dos mesmos.

A segunda razão diz respeito à própria operacionalidade da ação fiscalizadora. Numa relação em que se prevê prazos muito longos e serviços de significativa complexidade, é praticamente impossível que se possa prever todos e quaisquer conflitos entre as duas partes contratantes. Ainda mais quando se envolve uma terceira parte (os usuários) que não sendo signatária do contrato é, paradoxalmente, o agente principal, e razão de ser do próprio serviço.

Assim sendo, a existência de um ente regulador como primeira instância na resolução de conflitos é um instrumento fundamental para a agilização do processo decisório e para a segurança nas relações. A constituição adequada desse ente ou agência reguladora permite configurar, com a precisão possível, o limite entre a política pública e a atividade regulatória.

A regulação de Estado, envolvendo os três níveis de Governo, dá ao Poder Público condições para realizar com efetividade o seu papel, enquanto responsável pela prestação dos serviços, mesmo quando esta é delegada a terceiros por meio de concessão. Com efeito, definindo condições mínimas em lei - devidamente detalhadas nos contratos de concessão correspondentes - e agilizando as decisões em relação a eventuais conflitos, por meio da ação da agência reguladora, essa alternativa contribui para assegurar o interesse público, reduz riscos para os investidores e, conseqüentemente, propicia a redução dos custos de capital e melhores condições para a viabilização dos investimentos.

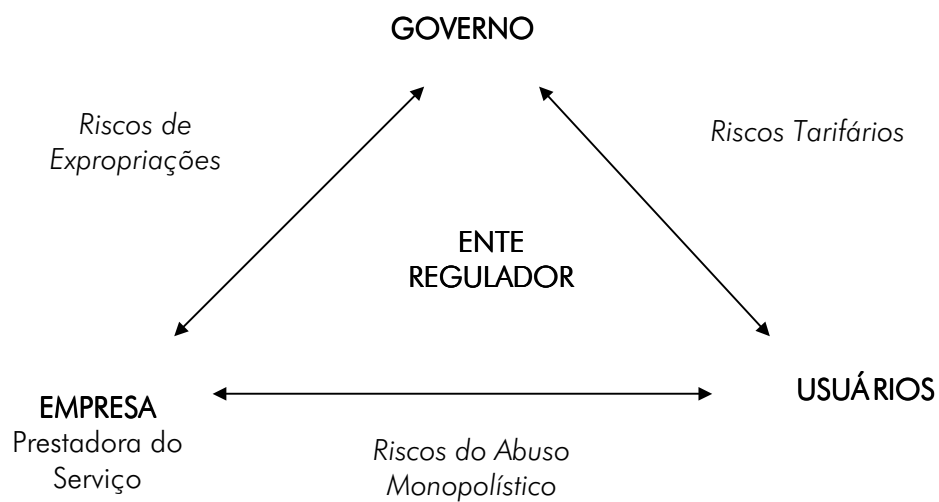
Nesse sentido, é essencial que se consolidem as diretrizes gerais da União que dispõem sobre a prestação dos serviços de saneamento, assim como se instituem legislações e regulamentos no âmbito estadual e municipal. A esse respeito, é importante destacar que é da competência dos Estados legislar concorrentemente sobre o direito econômico e urbanístico e sobre a proteção ao meio ambiente, além do controle da poluição e responsabilidade por danos ao meio ambiente e ao consumidor.

Portanto, sendo a adequada prestação dos serviços de saneamento uma exigência do controle ambiental e atingindo diretamente os interesses do consumidor, os Estados podem e devem instituir leis e regulamentos que estabeleçam padrões mínimos de qualidade e regras gerais a serem observadas, qualquer que seja a forma de prestação dos serviços. A lei estadual de prestação dos serviços de saneamento é elemento essencial da estabilidade e da qualidade dos serviços no âmbito de cada Estado da federação, podendo ser crucial em relação à maioria dos pequenos Municípios.

Deve-se ressaltar, também, que os padrões e regras estabelecidas nas legislações federal e estadual pertinentes podem ser suplementadas no plano municipal, nos termos do inciso II do artigo 30 da Constituição Federal.

Por todas essas razões, para que se tenha eficiência e eficácia na prestação dos serviços, deve-se instituir as regulamentações necessárias e incluir um novo agente no conjunto representado no diagrama apresentado em 2.3, cuja função seria equilibrar as relações e arbitrar conflitos.

Nesse novo desenho, o diagrama assume a configuração apresentada a seguir, na qual insere-se o Ente Regulador ou Agência Reguladora.









## 4. ORGANIZAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA

A criação de uma agência reguladora constitui uma inovação na administração pública brasileira, não havendo prática anterior consistente sobre o tema. Como toda inovação, é natural que se estabeleçam dúvidas e receios antes desta ser aceita e concretizada. Uma dessas dúvidas e incertezas refere-se ao poder que a agência retiraria do governante, especialmente o chefe do Executivo, enquanto titular do serviço.

Contudo, esse receio não procede, uma vez que o ente regulador é um delegado do Poder Público para exercer as funções de regulação e controle sobre a prestação dos serviços, segundo regras e definições da política que são instituídas pelos Poderes Legislativo e Executivo. Para bem exercer essas funções, no entanto, a agência reguladora precisa de autonomia administrativa e financeira que lhe garantam independência na aplicação das regras estabelecidas para a regulação.

O ente regulador, portanto, não cria as regras de regulação, mas pode aplicá-los em casos concretos, exercendo o poder de polícia, próprio do Estado, dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos que o disciplinam.

Regulando, segundo condições previamente definidas, as relações entre o Governo (poder concedente), o prestador dos serviços e os usuários, sua autonomia administrativa e financeira, em relação ao Governo, constitui condição *sine qua non* para agir com eficácia frente ao poder concedente (Governo), tanto quanto necessita de igual independência em relação aos prestadores de serviço e aos usuários.

Visando a autonomia e a independência necessárias ao bom funcionamento da agência, a sua constituição e funcionamento devem pautar-se por:

- transparência na ação, mediante instrumentos adequados de informação, participação e controle social;
- critérios objetivos e claros de indicação e escolha dos responsáveis pelas decisões relativas à prestação dos serviços;
- exigência de qualificação técnica dos seus quadros;
- orçamento próprio, com receitas vinculadas ao faturamento dos serviços por ela regulados.

A autonomia e independência da agência, no entanto, não reduzem o poder do Governo para estabelecer as Políticas Públicas. Mas, diante de mudanças que o Governo venha a propor em relação a essas Políticas e que afetem, por exemplo, metas de investimento estabelecidas, a Agência analisará suas implicações em termos do equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão, indicando as alterações necessárias para garantir a manutenção desse equilíbrio.

Uma das formas de contribuir para a autonomia administrativa e transparência na gestão é a escolha dos dirigentes da Agência mediante processo público de seleção, garantindo o atendimento de condições de qualificação técnica e reputação. Dentre os candidatos selecionados, o Executivo indicaria sua escolha a ser submetida à aprovação do Poder Legislativo.

Outras condições importantes para a autonomia administrativa, relacionadas com a escolha dos dirigentes, são:

- a fixação de mandato, com período não coincidente com o do governante que os indica;
- estabelecimento, em lei, das normas de seleção pública, possibilidades de recondução, quarentena pós-mandato, etc.;
- a proteção contra a destituição imotivada.

A agência reguladora tem entre as suas atribuições a arbitragem de conflitos de interesses entre as três partes envolvidas. Os interesses do Governo se articulam mediante o seu poder, no que se refere às definições de política. Os interesses do prestador de serviços se manifestam através da sua organização, geralmente na forma de empresa. Para assegurar o equilíbrio, é necessário que os usuários tenham representação junto ao ente regulador e esta representação deve ser institucionalizada.

Tal institucionalização contribui para o controle da sociedade sobre a atividade regulatória. Os instrumentos desse controle ao mesmo tempo em que permitem a efetiva participação dos usuários nas decisões importantes em relação aos serviços, não podem constituir-se em entraves à agilidade dessas decisões.

Existem várias maneiras complementares de realizar o controle social:

- consultas públicas estratégicas e operacionais, mediante audiências públicas e pesquisas de opinião;
- comitês consultivos integrantes da estrutura do ente regulador;
- representação de usuários em órgãos de administração das empresas concessionárias;
- sistemas efetivos de registro de reclamações dos usuários nas empresas concessionárias e no ente regulador; e
- formação de associações de usuários.

Finalmente, é necessário assegurar que a Agência Reguladora se institua com os meios técnicos e administrativos suficientes para desempenhar as suas funções, sendo dimensionada no tamanho mínimo indispensável e organizada de modo a atuar com agilidade e economia. A observação de estruturas de entes reguladores, especialmente em outros países onde a prática é menos incipiente do que no Brasil, permite depreender que o desenho de uma agência reguladora deveria compreender:

- uma unidade técnica, capaz de definir padrões, de fiscalizar a prestação dos serviços, de analisar e avaliar os problemas técnicos desta prestação;
- uma unidade econômica e financeira que analise e avalie os custos de investimento e operação e as propostas de ajustes e revisão tarifária, bem como acompanhe e audite as transformações econômicas e patrimoniais do prestador de serviços;
- uma unidade de controle patrimonial para acompanhar o estado dos bens relacionados com a prestação dos serviços, de modo a assegurar que sejam mantidas as condições para a prestação dos serviços e posterior reversão desse patrimônio ao final da concessão;
- uma unidade de atendimento às reclamações dos usuários;
- uma unidade para tratar das questões jurídicas e legais.

Na realidade brasileira, em que mais de 4.000 Municípios têm menos de 20 mil habitantes, é pouco provável que essas pequenas municipalidades tenham capacidade para organizar agências técnicas



com as características acima referidas. Ademais, seria antieconômica a instituição de tais entes para serviços com um pequeno número de usuários. A lei federal de concessões permite contornar tais dificuldades, uma vez que prevê a possibilidade do poder concedente delegar, por convênio, a fiscalização dos serviços concedidos.

No caso do saneamento, havendo serviços da competência estadual, é necessária a criação de Agência Reguladora no âmbito dos Governos Estaduais que, nos termos da legislação pertinente, pode disponibilizar seus serviços aos municípios que não tiverem condições ou não pretenderem criar agências próprias. Para isto, os convênios correspondentes devem estabelecer as condições que garantam a participação do Poder Municipal nas principais deliberações da agência estadual, em relação aos respectivos serviços locais por ela fiscalizados. Cabe ressaltar que essa delegação, ao ente estadual para o exercício do controle sobre os serviços de interesse local, será sempre de iniciativa do poder concedente, no caso, os Municípios.

Sendo assim, parece evidente que a agência estadual é, em princípio, a melhor solução para a regulação e controle da maioria dos serviços de saneamento, sejam eles de competência Municipal ou Estadual. A instituição de agências reguladoras estaduais está sendo, portanto, estimulada pelo Governo Federal, sobretudo mediante os trabalhos de assistência técnica realizados pela SEPURB.

É necessário registrar, finalmente, que a agência reguladora dos serviços públicos pode ser criada para um serviço específico, como o de saneamento, ou constituir-se como agência multi-setorial, reguladora dos serviços públicos em geral. Nessa última hipótese, poderia obter economias de escalas nos serviços gerais de gestão, de apoio, de natureza jurídica e mesmo de regulação econômica devendo, no entanto, dispor de estruturas técnicas específicas para cada um dos serviços regulados.







## 5. REQUISITOS ESSENCIAIS PARA A DELEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS AO SETOR PRIVADO

Não há dúvidas de que a participação do setor privado na prestação dos serviços públicos constitui uma via importante para ampliar os investimentos e para melhorar a qualidade e reduzir os custos do atendimento. No entanto, também existem riscos que precisam ser avaliados e prevenidos e requisitos essenciais a serem observados.

Uma primeira questão importante a considerar, quando se trata de serviços essenciais, como os de saneamento, é o *direito de acesso* aos mesmos que deve independar da capacidade de pagamento dos usuários. Ou seja, mesmo os mais pobres, que não sejam economicamente capazes de arcar com a totalidade dos custos de investimento e operação, têm o direito de acesso aos serviços, pelo menos nas quantidades essenciais requeridas para a vida e a segurança sanitária.

A realidade brasileira, com graves disparidades regionais e sociais, torna esse ponto particularmente importante para a universalização do atendimento. A esse respeito, vale destacar que se de um lado não pode caber ao prestador dos serviços a decisão de quem será pelos mesmos atendido - o que constitui matéria própria da política pública - por outro lado, não se pode lhes atribuir o ônus de arcar com os custos dos serviços economicamente deficitários.

Neste sentido, a regulação tarifária terá que distinguir com clareza o preço do serviço - fator de remuneração do prestador - da forma de cobrança do mesmo, ou seja, como e quanto os usuários pagarão pelos serviços consumidos. Compensações tarifárias, quando houverem, devem ser explícitas e administradas pelo poder concedente ou regulador, de modo a identificar quem paga e quem recebe subsídios. Além disso, a regulação deve minimizar os riscos de que o prestador dos serviços venha a privilegiar aquele consumidor que paga mais em detrimento do que paga menos.

Outro fator fundamental a considerar é o que diz respeito ao nível de *concentração do mercado*. Quanto mais concentrado o mercado, maior o poder do concessionário do serviço, e mais difíceis as condições de exercício da regulação e controle. Não é sem razão que os ingleses, precursores da privatização dos serviços públicos, mantiveram a divisão do mercado de saneamento entre 10 (dez) grandes operadoras de água e esgotos, além de um número ainda maior de pequenas empresas de água, assim como têm dificultado fusões e aquisições entre as mesmas.

A substituição dos atuais monopólios públicos por outros privados em muitos casos pode ser uma solução inadequada, com o agravante de que os novos monopólios poderão ser mais abrangentes do que os atuais, na medida em que um mesmo grupo privado poderia habilitar-se em mais de um Estado, por exemplo, criando dificuldades ao exercício da regulação e controle. Como reconhece o bom senso, pior do que o monopólio público não regulado só mesmo o monopólio privado, também não regulado.

A prevenção desse risco depende, essencialmente, da fase inicial do processo, quando se definem os mercados a serem concedidos e as regras de participação no processo licitatório. Uma concentração inicial do mercado levará pelo menos o período da concessão, geralmente acima de 20 (vinte) anos, para que seja corrigida. Deve-se ressaltar que, para os serviços de saneamento, diferentemente de outros setores como a energia elétrica e as telecomunicações, não estão disciplinadas as limitações à concentração do mercado.

Ainda com relação ao mercado, é importante destacar que a comparação de desempenhos constitui um dos principais instrumentos para simular a competição entre operadores monopólicos, ferramenta fundamental para o êxito da regulação econômica. Maior a concentração de mercado, menores as possibilidades de comparação entre operadores distintos.

Um outro risco a ser considerado na delegação dos serviços públicos é a chamada *assimetria de informação* entre o prestador dos serviços e o regulador. Por assimetria de informação entende-se a diferença de domínio e conhecimento dos sistemas, decorrentes de sua operação e exploração. Trata-se, sem sombra de dúvida, de um risco fundamental, na medida em que essa assimetria pode induzir a decisões equivocadas do regulador tanto quanto pode constituir uma forma de obtenção de vantagens não mensuráveis pelo operador.

A questão, evidentemente, não é de simples solução. Por um lado, porque é natural que exista um maior domínio do conhecimento sobre o sistema por parte de quem o opera. Por outro, porque as práticas de controle baseadas na suspeição, que normalmente mediam as relações entre controlador e controlado, reforçam a criação de um ambiente de desconfiança e de manipulação unilateral das informações, este sim o principal causador dos problemas de assimetria de informação.

A criação de um novo ambiente, baseado na investigação aberta entre diferentes atores, o operador e o regulador, com a participação dos usuários – construindo ambientes de aprendizagem – é no entanto uma tarefa desafiadora. Na verdade, os modelos mentais praticados largamente na administração das organizações dificultam a resolução do problema, na medida em que tentam aumentar o grau de controle mediante a busca de mais informação. Num ambiente com limitadas condições de abertura, investigação e aprendizagem, geralmente o que se obtém na busca de mais informação é a intensificação de atitudes defensivas e de ocultação.

Um passo importante no sentido da resolução deste problema é considerar efetivamente a existência dessa dificuldade nas relações de controle e tratar, conjuntamente, de identificar as maneiras de reduzi-la e, idealmente, superá-la. Nesse caminho, é importante destacar o entendimento de que todos os atores (Governo, prestador do serviço, regulador e usuários) integram e participam de um sistema – o que propicia a prestação dos serviços de saneamento – sendo o desempenho final desse sistema afetado pelos comportamentos de todos eles constituindo, por isso, um sistema de interesse comum.

Ou seja, não é possível resolver a assimetria de informação por uma simples busca obsessiva de mais informação, mas seria em princípio factível resolvê-la através da construção de um empreendimento comum de conhecimento, que proporcione melhores desempenho e resultados a todas as partes.

Nesse sentido, a capacidade de mediação da agência reguladora é peça fundamental do processo, assim como o são a transparência nas decisões e os instrumentos de participação da sociedade. Não obstante, caberá sempre ao sistema regulatório definir como se dará o fluxo de informação entre os três agentes participantes do serviço.

## 6. PERSPECTIVAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM UM NOVO QUADRO REGULATÓRIO

Considerando a diversidade da realidade nacional, a organização atual para a prestação dos serviços de saneamento e os movimentos de reforma do Estado em curso, é de se esperar a convivência de diferentes formas de provisão de tais serviços que incluem, de um modo geral: (i) a prestação direta pelo setor público; (ii) a outorga ou concessão a agente público da administração indireta; e (iii) a concessão a agente privado.

Mesmo nas duas primeiras formas, poderá haver participação de agentes privados na prestação dos serviços, sobretudo mediante contratos administrativos ou atividades terceirizadas, assim como através da participação acionária em companhias de economia mista, com ou sem interveniência na gestão empresarial. As atividades terceirizadas já constituem prática usual dos atuais prestadores de serviço e não requerem regulamentação. No entanto, não aportam capital privado para investimentos nos serviços. A participação acionária, com ou sem a transferência do controle, ainda é incipiente mas está sendo cogitada por prestadores de serviço importantes, tais como a companhia estadual do Estado do Paraná, onde já se encontra em implementação uma parceria com acionistas privados.

No caso das concessões, poderão ocorrer formas intermediárias quando se tiver concessões parciais ou subconcessões do Poder Público a um agente privado. Estão implantados, ou em fase de implantação, cerca de duas dezenas de contratos de concessão de serviços até então administrados por Municípios, incluindo-se nesse conjunto concessões integrais e subconcessões.

Em qualquer caso, a institucionalização dos instrumentos de regulação e controle é providência essencial para que se possa cogitar melhorias sustentadas da prestação dos serviços. No entanto, nos casos em que se tenha participação privada, sobretudo nas concessões, esses instrumentos assumem uma importância ainda maior.

Nesse sentido, é crucial destacar alguns atributos e requerimentos para a participação privada na prestação dos serviços:

- a participação privada constitui uma importante estratégia para aumentar a eficiência dos investimentos e da operação dos serviços de água e de esgotos no País e, assim, deve ser efetivamente estimulada para a universalização do atendimento;
- a concessão dos serviços deve ser antecedida da regulamentação e da criação das estruturas de regulação e controle necessárias à preservação do interesse dos usuários frente aos riscos de abuso do poder decorrente do monopólio, bem como para dar estabilidade às relações entre o poder concedente e os concessionários e, assim, viabilizar as diferentes formas de participação privada;
- os recursos obtidos no processo de participação privada na prestação dos serviços de saneamento devem, em princípio, destinar-se a ampliar o atendimento e melhorar a qualidade dos mesmos, não devendo ser utilizados, por mais tentador que isso seja, para resolver problemas financeiros imediatos dos Estados e Municípios, antes de garantida a universalização do atendimento. Qualquer ônus que venha a incorrer sobre a prestação dos serviços redundará, inevitavelmente, em postergação de investimentos necessários;

- os sistemas superavitários deveriam ser atendidos com recursos mobilizados através das diferentes formas de participação da iniciativa privada não cabendo, nesses casos, a utilização de recursos públicos, que deveriam ser reservados para a resolução do atendimento nos sistemas deficitários;
- formas de compensação de desigualdades justas, eficientes e transparentes devem ser desenvolvidas para assegurar o acesso dos mais pobres aos serviços;
- a regulamentação do mercado de concessões deve prevenir o surgimento de mega-estruturas de prestação dos serviços, privadas ou públicas, visando reduzir os riscos de concentração de mercado e de assimetria de poder entre os operadores e reguladores;
- a União, dentro dos seus limites e principalmente através do gerenciamento dos recursos para investimentos em saneamento, pode e deve induzir a reorganização institucional do Setor, a reestruturação dos prestadores públicos e as diferentes formas de participação do setor privado, sobretudo aquelas em que há aporte de capital;
- o apoio da União a Estados e Municípios deve ser condicionado à realização de ações concretas, em cada nível de governo, no sentido de: (i) definir Políticas Públicas de Saneamento, equacionadoras da universalização do atendimento pelos serviços de água e esgoto às populações urbanas, e (ii) realizar a reforma institucional do Setor, estabelecendo os instrumentos de regulação e controle, melhorando o desempenho dos operadores públicos e viabilizando as diversas formas de participação privada;
- a União deverá efetivamente participar, em conjunto com os Estados e Municípios, nos termos das Políticas Públicas definidas, do aporte de recursos, principalmente para investimentos nos sistemas de saneamento deficitários, como meio de viabilizar a universalização da cobertura.

O grande desafio da Política Nacional de Saneamento, e dos seus principais executores, é harmonizar as ações de reforma do Estado e de participação privada no financiamento e na prestação dos serviços públicos, com a melhoria da qualidade e a ampliação da oferta dos mesmos, sem aumentar ainda mais a distância entre a lógica puramente financeira e o atendimento das demandas sociais.



## **PARTE II**

### **PROPOSTAS E INSTRUMENTOS PARA A REGULAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO**



## 7. PROPOSTAS DO GOVERNO FEDERAL PARA O REORDENAMENTO DO SETOR

Ação do Governo Federal no sentido do reordenamento do Setor consubstancia-se na execução da Política Nacional de Saneamento e desenvolve-se essencialmente segundo duas linhas, ou eixos estratégicos principais: a modernização do Setor e as ações compensatórias, incluindo-se, no primeiro eixo, o tema central deste documento - a regulação da prestação dos serviços.

O eixo da modernização privilegia, de um lado, a organização e estruturação do Poder Público para o exercício das funções que lhe cabem e, de outro, a eficiência na atividade de prestação dos serviços, o que compreende a maximização da rentabilidade dos recursos aplicados. Nesse sentido, assumem importância o tratamento da questão tarifária e o estabelecimento de regras básicas para o acesso a recursos não onerosos, sobretudo de origem fiscal.

No que se refere às tarifas, é fundamental que o seu valor tenha como referência o custo eficiente e efetivo da prestação de cada serviço. As estruturas tarifárias deverão visar ao acesso de toda a população aos serviços, inclusive a residente nas periferias urbanas e nas pequenas localidades, além de sinalizar corretamente aos usuários o valor econômico da água, desestimulando desperdícios e incentivando o uso racional dos recursos naturais e dos equipamentos e serviços colocados à sua disposição. Somente nos casos de inequívoca impossibilidade de cobertura dos custos totais por meio da cobrança de tarifas se deve cogitar da utilização de recursos fiscais. Do ponto de vista da regulação, a questão tarifária deve ser tratada de modo a estimular os investimentos necessários e a operação eficiente.

Nos últimos cinco anos as ações do Governo Federal no sentido da implementação de mudanças institucionais no Setor têm sido realizadas no âmbito do PMSS, programa executado pela SEPURB, e são balizadas pelas competências da União, no que diz respeito ao saneamento básico: a definição de diretrizes gerais e a realização de programas em cooperação com Estados e Municípios. Dessa maneira, o PMSS insere entre as suas atividades a assistência técnica da União aos demais entes federados, para a realização da reforma institucional do Setor.

Dos trabalhos realizados por esse Programa, inclusive os aqui já mencionados, resultaram diversas propostas de leis, regulamentos, convênios, editais, contratos e outros instrumentos que constituem elementos para a formulação de um novo marco regulatório para o Setor. A partir desse conjunto de propostas e da participação no debate, de âmbito nacional, sobre a prestação dos serviços de saneamento, a SEPURB elaborou modelos de legislação estadual que está utilizando como base para a discussão da questão regulatória com os Estados.

Para a formulação e execução da Política, assim como para o exercício da regulação e do controle, é essencial dispor de informação sistematizada. Cumprindo o seu papel enquanto responsável pela Política Nacional de Saneamento, a SEPURB concebeu e está implementando, desde 1995, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

Este Sistema trabalha com dados fornecidos pelos prestadores de serviços e com os dados do IBGE. No âmbito do SNIS está sendo publicado, anualmente, o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, estando já disponíveis os volumes 1, 2 e 3, correspondentes aos anos de 1995, 1996 e 1997, respectivamente.

Com este Diagnóstico a SEPURB coleta, trata e disponibiliza informações de grande utilidade para o Poder Público, nos três níveis, para os prestadores de serviços e para outros usuários que pretendam realizar análises sobre o Setor Saneamento, como é o caso, por exemplo, de bancos privados de investimento, do BNDES e do Banco Mundial, que têm utilizado tais informações em trabalhos sobre o Setor.

O Diagnóstico abrange todas as companhias estaduais de saneamento e os maiores serviços municipais, coletando um conjunto de informações e produzindo indicadores sobre os serviços de água prestados a mais de 92 % da população que tem acesso a esses serviços. Em relação aos serviços de esgotos este percentual é próximo dos 75 %.

Não obstante a abrangência do conjunto de informações, o Diagnóstico não se propõe a realizar comparações entre prestadores de serviços; no entanto, cria as condições para que se desenvolva o método de análise que permita ponderar os diversos fatores intervenientes, de modo a possibilitar comparações de parâmetros de desempenho, como instrumento de regulação.

Com a definição desse método e critérios adequados, e com a implementação dos sistemas regulatórios estaduais, que deverão operar os seus próprios sistemas de informação, articulados com o sistema nacional, será possível, no âmbito do SNIS, fazer tais comparações em nível nacional.

Para que as ações de modernização tenham êxito, assumem importância os seguintes requisitos:

- fortalecimento da capacidade de articulação do ente responsável pelo saneamento no nível federal, em especial com as áreas de recursos hídricos e meio ambiente, assim como com os órgãos de defesa dos direitos do consumidor e os que tratam das questões relativas ao direito econômico;
- a aprovação de legislação federal que define diretrizes gerais - o PL nº 266;
- a instituição, pelos Estados e Municípios, dos respectivos sistemas regulatórios, com ênfase para a Lei Estadual de Prestação de Serviços, a criação de agência reguladora, bem como as leis autorizativas e suplementares dos Municípios;
- a institucionalização e aprimoramento do Sistema Nacional de Informações em Saneamento, articulando-o com os sistemas das agências reguladoras;
- apoio do Governo Federal às iniciativas de Estados e Municípios para ampliar a participação de agentes privados, mediante concessões ou parcerias estratégicas, bem como para a implementação de soluções inovadoras no âmbito dos prestadores públicos, que assegurem maior autonomia e eficiência;
- apoio do Governo Federal à estruturação das instituições públicas ou outras formas de organização que venham a ser encarregadas da prestação dos serviços, cujas condições sejam inviáveis para a operação por empresa, pública ou privada;
- aperfeiçoamento dos programas Pró-Saneamento, PASS, e PMSS, consolidando o condicionamento do acesso aos recursos desses programas à aprovação da Lei Estadual de Prestação de Serviços, à instituição de agências reguladoras e ao cumprimento dos parâmetros de eficiência e eficácia na prestação dos serviços.

São resumidas, a seguir, a proposta de legislação federal que dispõe sobre diretrizes gerais para os serviços de saneamento e incorpora proposições da SEPURB, assim como os modelos de legislação estadual elaborados por esta Secretaria.

### 7.1 As Diretrizes Gerais da União - O PL nº 266

O Projeto de Lei nº 266, de autoria do Senador José Serra, foi inicialmente apresentado no ano de 1996. Posteriormente o próprio Senador apresentou um substitutivo que foi submetido às comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição e Justiça do Senado, onde recebeu emendas, sobretudo relacionadas com o artigo que trata da titularidade dos serviços de interesse comum.

Na sua versão atual, incorporadas as emendas aprovadas na CCJ, o Projeto trata essencialmente dos seguintes aspectos:

- o primeiro capítulo, **“Disposições Preliminares”**, define os objetivos e o campo de aplicação da lei, bem como os princípios nos quais se baseia;
- o segundo capítulo, **“Do Exercício do Poder Concedente”**, trata da titularidade sobre a prestação dos serviços, da exigência de lei autorizativa para a delegação e da possibilidade de agrupamento de municípios para organizar e prestar serviços em conjunto; no que se refere à titularidade, define como atribuição dos Estados, em conjunto com os Municípios envolvidos, o exercício do poder concedente nas regiões instituídas nos termos do artigo 25 da Constituição Federal - a lei complementar que cria a região deve definir a forma de cooperação entre Estados e Municípios;
- no capítulo **“Da Regulação e Controle”** são definidos os objetivos dessa atividade, no sentido de assegurar direitos e deveres de usuários e prestadores de serviços, a proteção contra o abuso do monopólio e a preservação do equilíbrio econômico e financeiro da atividade de prestação dos serviços; estabelece, também, a exigência de definição de regras, por lei, nos níveis estadual e municipal, referentes aos parâmetros, normas e critérios sobre qualidade do serviço, metas e política tarifária, assim como sobre a estrutura e o funcionamento do ente regulador;
- o Capítulo IV, que trata **“Da Delegação da Prestação dos Serviços”**, dispõe sobre as condições essenciais das licitações e contratos, sobre a transferência da concessão e sobre as auditorias, certificações e registros dos créditos decorrentes dos investimentos dos concessionários e a sua utilização como base de cálculo para indenizações, assim como sobre as condições de transferência de saldos credores ao final da concessão;
- a **“Política de Saneamento”** é tratada no Capítulo V; para a sua formulação e execução, é destacada a importância da integração entre os níveis federal, estadual e municipal inclusive para a administração de sistemas de informação que devem ser articulados com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento;
- no último capítulo, **“Disposições Finais e Transitórias”**, estabelece prazo para a regularização de concessões em situação precária, respeitadas as disposições sobre a matéria nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais, assim como revoga o art. 2º da Lei Federal nº 9.074 que dispensa lei autorizativa para a delegação de serviços de saneamento.

### 7.2 A Lei Estadual de Prestação dos Serviços de Saneamento

A Lei Estadual de Prestação dos Serviços de Saneamento constitui um dos instrumentos legais previstos no modelo proposto pela SEPURB para o Sistema de Regulação da Prestação dos Serviços, baseado na competência do Estado para legislar concorrentemente com a União e o Distrito Federal sobre as matérias elencadas no artigo 24 da Carta Magna, inclusive o seu parágrafo segundo, que estipula: *“a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência complementar dos Estados”*.

A proposta de Lei Estadual de Prestação de Serviços de Saneamento oferecida para análise pela SEPURB / PMSS aos Estados interessados visa criar um padrão geral para a prestação dos serviços de água e de esgotos, respeitada, obviamente, a competência dos Municípios, enquanto titulares da prestação dos serviços de interesse local. Tal proposta deve ser adaptada às especificidades de cada Estado.

A estrutura do projeto de lei é a seguinte:

- o Capítulo I, **“Das Disposições Preliminares”**, trata dos Objetivos da Lei e dos Serviços a que a mesma se refere;
- o Capítulo II, **“Da Titularidade e das Responsabilidades do Titular”**, refere-se ao exercício da titularidade, em consonância com a proposta do PL nº 266, distinguindo os serviços de interesse local e de interesse comum; trata das responsabilidades do titular, entre as quais se incluem a formulação da política de saneamento, a viabilização do acesso de toda a população aos serviços, a outorga da prestação dos serviços, assim como a instituição dos instrumentos e o exercício das funções de regulação e controle;
- a **“Política Pública de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e o Respetivo Plano de Ação”** são tratados no Capítulo III; a política deve ser formulada pelo titular do serviço, cabendo ao Estado estabelecer a política estadual, na qual se definam as formas de cooperação entre Estado e Municípios - o titular deve também definir o Plano de Ação com metas plurianuais, estratégias, estimativas de recursos para a administração, a operação e a expansão dos serviços;
- o Capítulo IV, **“Da Prestação dos Serviços”**, faz referência às formas possíveis de prestação dos serviços, direta ou indiretamente, e estabelece condições essenciais para a sua delegação. Define também as obrigações dos prestadores de serviços e suas relações com os usuários e com os agentes reguladores;
- o Capítulo V trata **“Da Regulação e do Controle”**, definindo os objetivos do exercício dessas funções pelo poder público e a exigência de que as mesmas sejam atribuídas a um ente público dotado de autonomia. Refere-se à possibilidade de delegação dessas funções pelo poder concedente e trata de condições essenciais ao funcionamento desse ente regulador;
- o Capítulo VI, **“Da Proteção dos Usuários dos Serviços”**, trata dos direitos e deveres dos usuários; inclusive das formas de participação dos usuários nos processos de elaboração das políticas, na regulação e no controle, de modo a assegurar a transparência nesses processos, sem prejudicar a sua celeridade, estabelecendo, também, a nulidade dos atos em que tal participação não estiver assegurada;
- o Capítulo VII, **“Da Qualidade dos Serviços”**, trata dos objetivos da regulação da qualidade e da definição dos padrões de serviço, abrangendo assim os níveis de cobertura; é

importante destacar que este capítulo impõe regras gerais para o estabelecimento de padrões de serviços, deixando, no entanto, a cargo do titular, em cada caso concreto, definir os respectivos valores - trata da obrigação do prestador do serviço de informar sobre a qualidade dos serviços e de facilitar o acesso às instalações de representantes do ente regulador, dos órgãos de meio ambiente e dos usuários;

- no Capítulo VIII, **“Do Regime Econômico”**, são estabelecidas condições para a definição do regime tarifário, a fixação de preços e tarifa, assim como para os reajustes e revisões tarifárias; explicita a competência do poder concedente para as decisões sobre tarifas e o papel de apoio técnico a ser exercido pelo ente regulador - ao tratar da fixação das tarifas estabelece que a mesma deve induzir a eficiência econômica, evitando a transferência dos custos de ineficiência ou má gestão para os preços dos serviços, assim como de taxa de remuneração de capital maiores do que as que seriam obtidas em aplicação de risco semelhante; destaca ainda que os regimes tarifários, além de estimular a eficiência, devem permitir a partilha dos ganhos de produtividade entre o prestador dos serviços e os usuários;
- o Capítulo IX, **“Da Ampliação e Garantia do Atendimento”**, destaca a obrigação do prestador dos serviços em relação ao cumprimento das metas de atendimento e de ampliação dos sistemas para permitir a cobertura prevista, devendo, para tanto, providenciar à sua conta e risco os recursos necessários para o financiamento dessas ações; no sentido de permitir a fiscalização e controle do cumprimento dessas obrigações, devem os editais de licitação exigir que os licitantes apresentem, em suas propostas, Planos de Exploração dos Serviços que constituirão parte integrante dos contratos - tal obrigação estende-se às formas de prestação que não envolvam contratos de concessão; o Capítulo IX trata ainda das garantias a serem apresentadas pelo prestador dos serviços bem como dos seus créditos perante o poder concedente;
- no Capítulo X, **“Dos Bens Consignados à Prestação dos Serviços”**, explicita-se a responsabilidade do prestador dos serviços em relação aos bens vinculados a esses serviços que são bens públicos e não podem ter outra utilização nem ser alienados ou dados em garantia; trata também das condições da necessária reversão desses bens ao término da delegação da prestação dos serviços;
- o Capítulo XI trata **“Da Extinção e da Prorrogação da Delegação para a Prestação dos Serviços”**; neste capítulo são disciplinadas as condições de encerramento dos contratos nas diversas hipóteses em que se realiza, bem como trata da possibilidade de prorrogação e de participação do concessionário na licitação de uma nova concessão do mesmo serviço; define ainda a necessária participação da agência reguladora, em apoio ao poder concedente, tanto para a extinção quanto para a prorrogação de contratos de concessão;
- as **“Disposições Finais”** constituem o Capítulo XII, que estabelece condições para a necessidade de regularização de concessões em situação precária, assim como o acordo entre concedentes e concessionários para adaptar os contratos em vigor ao disposto nesta lei, ouvida a entidade reguladora

### 7.3 A Lei Estadual que Institui a Agência Reguladora da Prestação dos Serviços de Saneamento

A SEPURB, conforme exposto no Capítulo 4, está trabalhando junto a Governos Estaduais no sentido de que sejam instituídas agências reguladoras, no nível dos Estados, que se responsabilizem integralmente pela regulação e controle dos serviços de interesse comum e disponibilizem os seus serviços aos Municípios, para exercer as mesmas funções em relação aos serviços de interesse local. Como instrumento deste trabalho de assistência, elaborou uma proposta de lei de criação de tais agências.

Trata-se de uma sugestão que é submetida aos Estados para que, no trabalho conjunto de aprimoramento, seja adaptada às necessidades específicas de cada realidade. O modelo sugerido é apenas um entre os possíveis e tem como característica principal o fato de ser uma entidade específica para os serviços de saneamento. Sob este aspecto, o Estado pode, diferentemente do modelo sugerido, optar por uma agência multissetorial.

No que se refere à sua estrutura, no modelo de agência proposto a autoridade regulatória é exercida por uma única pessoa, o Superintendente, cujas decisões são apoiadas nas deliberações de um colegiado que é recursivo, além de deliberativo. Há outros modelos em que a autoridade é compartilhada entre membros de um comitê ou de um conselho.

Todas as alternativas apontadas podem ser adequadas à realidade de cada Estado, existindo sempre vantagens e desvantagens que devem ser avaliadas. Em qualquer caso, no entanto, são fundamentais a autonomia da agência e a transparência de sua atuação, condições que são facilitadas por instrumentos de escolha e designação dos dirigentes, processos seletivos de contratação de pessoal, orçamento próprio e, sobretudo, adequada participação da sociedade.

O modelo que a SEPURB tem apresentado aos Estados para orientar a discussão da questão com base em uma proposta concreta e não apenas em teses, tem a estrutura descrita a seguir:

- o Capítulo I, **“Da Autarquia”**, trata da criação da agência, define a sua finalidade e seu campo de atuação, distinguindo os serviços de interesse comum dos de interesse local; define como entidade regulada todo e qualquer prestador de serviços de interesse comum e os que prestam serviços de interesse local, em relação aos quais o município tenha delegado, à agência, a atribuição de regular e controlar;
- no Capítulo II, **“Da Competência da ARSAN”**, são elencadas as responsabilidades da agência, à qual cabe, entre outras atribuições, exercer o poder de polícia, fiscalizar a prestação dos serviços, fixar normas complementares às estabelecidas na legislação, atender os usuários, mediar conflitos de interesse, fazer auditorias técnicas e financeiras, apoiar tecnicamente o poder concedente inclusive em processos de delegação de serviços, prestar contas à Assembléia Legislativa e promover audiências públicas, quando necessário, para tomada de decisões e para prestação de contas à sociedade;
- no Capítulo III, **“Da Organização da ARSAN”**, é definida a estrutura organizacional da agência com um conselho deliberativo, uma superintendência, uma ouvidoria, duas diretorias responsáveis pela regulação econômica e da qualidade, respectivamente, uma assessoria jurídica e uma coordenação administrativa; estabelece ainda condições para a ocupação e o exercício dos cargos dirigentes da agência e institui o quadro de pessoal, integrado por cargos em comissão e cargos permanentes;
- o Capítulo IV, **“Do Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento”**, define as atribuições do Conselho, sua composição - com representantes do Estado, dos usuários, dos prestadores de serviços e dos Municípios -, as condições de de-



signação de cada representante, o processo de deliberação, os mandatos dos conselheiros e a sua remuneração;

- no Capítulo V, **“Do Superintendente Estadual de Regulação e Controle”**, é definido o Superintendente como autoridade regulatória, com mandato de quatro anos, não coincidente com o do Governador; define também as condições de seleção e designação para o exercício do cargo, sujeitas à aprovação da Assembleia Legislativa; são estabelecidas também as atribuições inerentes ao cargo, entre as quais a direção da agência, o encaminhamento de matérias para apreciação do Conselho Estadual de Regulação, a representação do Poder Público perante os prestadores de serviços e usuários e, ainda, a representação junto ao Poder Judiciário, quando necessário;
- o Capítulo VI, **“Do Ouvidor Geral dos Serviços de Saneamento”**, estabelece as condições para o exercício do cargo, por designação do Governador do Estado, com base em escolha do Conselho entre candidatos indicados pelas representações dos usuários; trata da forma da seleção, do mandato e da competência do Ouvidor, no atendimento às solicitações e esclarecimentos aos usuários - é de se destacar a obrigatoriedade de atendimento aos pedidos de informação do Ouvidor, pela ARSAN e pelos prestadores de serviços, condição que deve estar expressa inclusive nos contratos de concessão;
- o Capítulo VII, **“Da Diretoria de Regulação da Qualidade”**, trata da competência dessa Diretoria, que inclui a realização de estudos para a definição de padrões, a elaboração de normas, a fiscalização do funcionamento dos serviços, a definição e operação de sistemas de informações de qualidade e a elaboração de relatórios de sistematização e divulgação de informações;
- no Capítulo VIII, **“Da Diretoria de Regulação Econômica”**, são definidas as atribuições dessa Diretoria à qual compete zelar pelo equilíbrio econômico da prestação dos serviços, pela defesa do usuário no que se refere ao preço do serviço, bem como acompanhar a qualidade da gestão financeira dos prestadores dos serviços, para a garantia da continuidade do serviço e sua exploração eficiente; no exercício de suas atribuições essa Diretoria realiza estudos, acompanha a evolução dos custos do serviço, analisa proposta de revisão tarifária, define procedimentos de auditoria e as realiza direta ou indiretamente, promove simulações de mercado comparando parâmetros de desempenho financeiro e coleta e trata informações sobre os aspectos econômicos e financeiros da atividade de prestação dos serviços;
- as competências **“Da Assessoria Jurídica”** são tratadas no Capítulo IX; no exercício de suas atribuições compete à essa Assessoria elaborar e orientar a elaboração de propostas de legislação pertinente, analisar e emitir parecer sobre contratos, e promover ações para defesa dos interesses da agência - enfim, apoiar nos aspectos jurídicos e legais as atividades da agência;
- a atribuição da **“Coordenadoria Administrativa”**, tratada no Capítulo X, é o apoio logístico necessário ao pleno funcionamento da agência reguladora, no que se refere à gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais;
- Capítulo XI, **“Do Funcionamento das Atividades de Regulação e Controle”** trata essencialmente do processo de regulação, definindo diferentes regimes de atuação da agência - no regime normal, a agência atua na definição de normas e padrões e no acompa-

nhamento e fiscalização sistemática da prestação dos serviços; o regime de acompanhamento especial se justifica quando alguma anormalidade exija a presença mais forte do ente regulador; nesses casos, a agência pode, inclusive, solicitar a substituição temporária de dirigentes do prestador dos serviços; o regime de administração especial pode ser adotado quando se configurar grave ameaça à prestação do serviço; este regime especial deve ser exercido por autoridade designada pelo poder concedente, cabendo à agência o apoio técnico necessário; neste Capítulo estão definidas, também, as condições de aplicação de sanções e as possibilidades de recurso dos atos do Superintendente;

- o Capítulo XII, **“Do Financiamento das Atividades da ARSAN”**, cria a Taxa de Regulação e Controle, principal fonte de receita da atividade regulatória, estabelecendo limite máximo para o seu valor e definindo o prestador de serviço como o contribuinte da referida taxa - trata ainda da elaboração do orçamento da agência;
- o Capítulo XIII trata **“Da Administração da ARSAN”**, definindo a exigência de elaboração de Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária, que serão submetidos ao Conselho Estadual e servem de base à negociação de um contrato de gestão entre a agência e o órgão da administração estadual ao qual esteja a mesma vinculada;
- do Capítulo XIV constam as **“Disposições Finais e Transitórias”**, entre as quais a possibilidade de contratação temporária e de requisição de servidores para o funcionamento inicial da agência, bem como a abertura de crédito especial, com a mesma finalidade; estabelece também condições especiais para os mandatos iniciais de conselheiros e do Superintendente.

## **ANEXOS**



**PL 266/96 COM AS EMENDAS APROVADAS NA COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DO SENADO FEDERAL**

*Estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre as diretrizes para o exercício do poder concedente e para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, obedecidos os preceitos estabelecidos nos artigos 21, inciso XX, e 175 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Aplicam-se também aos serviços públicos de saneamento básico as Leis 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 9.074, de 07 de julho de 1995, no que não conflitarem com as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º - Os serviços públicos de saneamento básico a que se refere o artigo anterior compreendem:

I - os serviços de abastecimento de água, englobando as atividades de captação de água bruta, a adução, o tratamento, a reservação e a distribuição de água tratada para o consumo público;

II - os serviços de esgotamento sanitário, englobando as atividades de coleta de resíduos líquidos por meio de tubos e condutos, o transporte, o tratamento, o reaproveitamento e a disposição final, bem como outras soluções alternativas; e

III - os serviços de gerenciamento de resíduos sólidos, englobando as atividades de coleta, o transporte, o reaproveitamento, o tratamento e a disposição final.

Art. 3º - A prestação dos serviços públicos de saneamento básico será baseada nos seguintes princípios fundamentais:

I – universalização do acesso aos serviços públicos, com prioridade para a garantia do atendimento essencial à totalidade da população, sob padrões que assegurem a salubridade ambiental;

II - adoção de métodos, técnicas e processos que privilegiem o atendimento das peculiaridades locais e regionais;

III - articulação com as políticas urbana, ambiental, de recursos hídricos e de saúde;

IV - redução dos custos e dos desperdícios, sem prejuízo do estímulo à eficiência e à sustentabilidade econômica;

V - utilização de tecnologias apropriadas;

VI - ordenamento dos direitos e deveres dos usuários;

VII - participação da população no planejamento, no processo de decisão e no acompanhamento da prestação dos serviços, nos termos da legislação pertinente

VIII - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados.

Parágrafo Único. Cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no âmbito de suas competências, definir estruturas e políticas de financiamento e de subsídios aos usuários de baixa renda.

## CAPÍTULO II DO EXERCÍCIO DO PODER CONCEDENTE

Art. 4º - O poder concedente dos serviços públicos de saneamento básico, observadas as normas legais supletivas ou complementares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, será exercido:

I - pelos Municípios, quando se tratar da prestação de serviços de interesse local, entendidos como tais aqueles serviços de saneamento básico em cuja execução as instalações operacionais não sejam compartilhadas com outras localidades, bem como não afetem os interesse de outros municípios;

II - pelo Distrito Federal, quando objetivar a prestação de serviços de saneamento básico exclusivamente no âmbito de sua respectiva área geográfica;

III - pelos Estados, em conjunto com os Municípios interessados, quando abranger a prestação de serviços que atendam a interesses comuns a dois ou mais municípios integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas como tal mediante lei complementar estadual, nos termos do § 3º da Constituição Federal.<sup>1</sup>

§ 1º - Lei Complementar Estadual definirá os serviços públicos de saneamento básico de interesse comum e a forma de cooperação entre Estado e Municípios para o planejamento, a organização e a prestação desses serviços nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

§ 2º - Os Municípios no exercício de sua respectiva titularidade dos serviços públicos de saneamento básico, poderão se agrupar-se, na forma da lei, para planejar, organizar e prestar os referidos serviços, direta ou indiretamente, mediante concessão, quando conveniente o compartilhamento de instalações operacionais.<sup>2</sup>

Art. 5º - Nenhuma concessão ou permissão de serviços públicos de saneamento básico, precedida ou não de obra pública, será delegada sem lei anterior que a autorize e lhe defina os termos.

---

<sup>1</sup> Emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça

<sup>2</sup> Emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça

### CAPÍTULO III DA REGULAÇÃO E CONTROLE

Art. 6º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em suas respectivas áreas de competência, definirão, na forma da lei, as regras para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo Único - A lei a que se refere o “Caput” deste artigo disporá, em especial, sobre:

I - os parâmetros para a garantia do atendimento essencial, nos termos do Inciso I do art. 3º desta Lei, inclusive quanto ao volume de atendimento mínimo per capita e ao elenco de usuários com direito a consumo mínimo subsidiado;

II - as normas, os critérios e procedimentos técnicos que deverão ser observados pelos prestadores de serviços públicos de saneamento básico, e as penalidades a que estarão sujeitos em caso de seu descumprimento;

III - a prestação do serviço adequado, em especial quanto à garantia do atendimento aos usuários de baixa renda, observados os padrões mínimos de qualidade e o disposto no artigo 7º desta Lei;

IV - a estrutura e as atribuições da entidade responsável pela regulação, controle e fiscalização dos serviços prestados, observadas as disposições dos artigos 8º e 9º desta Lei;

V - as condições para a delegação de concessões e permissões, observados os princípios contidos no Capítulo IV desta Lei, na Lei 8.987/95, e na legislação específica sobre licitações e contratos administrativos.

Art. 7º - As normas, os critérios e os procedimentos para a prestação dos serviços de saneamento, referidas no artigo anterior, deverão compreender, pelo menos:

I - indicadores de qualidade dos serviços;

II - parâmetros para a operação e manutenção dos sistemas;

III - planos de investimento ao longo da concessão ou permissão;

IV - os direitos e deveres dos usuários, incluindo os padrões de atendimento ao público e os mecanismos de participação e informação aos usuários ou às suas entidades representativas;

V - as formas de medição, faturamento e cobrança dos serviços;

VI - os métodos de monitoramento dos custos, bem como de reajustamento e revisão dos preços e tarifas;

VII - a avaliação permanente e sistemática dos serviços prestados, incluindo desempenho dos sistemas, seus custos e a evolução do número de reclamações e sua resolubilidade;

VIII - os mecanismos de auditoria e certificação sobre as informações técnicas e financeiras prestadas pelos concessionários ou permissionários;

IX - as penalidades pelo descumprimento de normas e posturas.

Art. 8º - O exercício da função de regulação e controle pelo poder concedente será atribuído a uma agência reguladora ou a órgão específico existente, ou a ser criado para esse fim, e terá como princípios:

- I - a independência decisória, incluindo a autonomia administrativa e financeira;
- II - a ampla publicidade das normas, procedimentos, decisões e informações sobre o desempenho dos prestadores dos serviços;
- III - a celeridade e a objetividade; e
- IV - a existência de instâncias decisórias no âmbito da entidade reguladora.

Parágrafo Único - Os municípios, nos casos em que a criação de órgão próprio de regulação e controle se torne inadequada, por razões de conveniência técnica ou administrativa, poderão delegar o exercício dessas atividades a entidade estadual com competência específica e com as características mencionadas no "Caput" deste artigo, explicitando, no ato de delegação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

Art. 9º - São objetivos da regulação e do controle:

- I - a normatização dos direitos e deveres dos usuários, incluindo mecanismos de participação nos processos decisórios;
- II - a prevenção e a repressão de atividades configuradas como abuso do poder econômico, ressalvada a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica -CADE;
- III - a definição de tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, quanto a modicidade de seus valores, mediante regras que permitam a repartição dos ganhos de produtividade com os usuários.

Parágrafo Único - A regulação deverá prever, ainda, que os prestadores dos serviços públicos de saneamento têm a responsabilidade de promover o desenvolvimento tecnológico para a melhoria da qualidade dos serviços, economicidade de sua prestação, conservação dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, ficando obrigados a tornar públicos os métodos e resultados obtidos, sem prejuízo dos respectivos direitos de propriedade intelectual.

#### CAPÍTULO IV DA DELEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 10. - Os editais de licitação e os contratos para a concessão ou permissão dos serviços de saneamento deverão observar as disposições legais para a defesa da concorrência e proteção ao consumidor.

Art. 11 - A transferência da concessão, bem como a subconcessão, desde que autorizadas pelo poder concedente, serão sempre precedidas de licitação.

Parágrafo Único - A transferência do controle acionário da concessionária deverá ser previamente autorizada pelo poder concedente, nos termos das disposições previstas no artigo 27 da Lei nº 8.987/95.

Art. 12. *Quando a concessão houver sido conferida a empresa estatal, esta não poderá ser privatizada sem prévio conhecimento dos municípios interessados, aos quais será dada opção por outra*



*forma de exploração dos serviços concedidos, nos limites de seu território.*<sup>3</sup>

Art. 13 - Os valores investidos pelos concessionários ou permissionários constituirão créditos perante o poder concedente, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, na forma e nos prazos estabelecidos no contrato.

§ 1º Os investimentos realizados nos sistemas, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados, direta ou indiretamente, pela entidade reguladora, neste último caso por intermédio da contratação de auditoria especializada, conforme previsão contratual.

§ 2º As revisões do Plano de Investimentos serão deliberadas entre o poder concedente e o concessionário ou permissionário, com base em parecer técnico da entidade reguladora, devendo ser formalizadas mediante aditamento ao contrato.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados e aceitos, enquanto parte integrante das receitas futuras dos serviços, poderão constituir garantia de empréstimos aos concessionários ou permissionários, contraídos com o fim exclusivo de investimento nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

§ 4º A existência de saldos credores ao término dos contratos, para a cobertura de investimentos supervenientes, deverá estar expressa em termo aditivo ao contrato, que estabelecerá, explicitamente, condições, prazos e formas de pagamento, taxas de juros e fontes de recursos para o provimento dos ressarcimentos previstos.

§ 5º Os saldos credores ao final do contrato poderão ser transferidos para a responsabilidade de novo concessionário, desde que esta condição esteja explícita no termo aditivo referido no parágrafo anterior e no edital de licitação.

§ 6º A inobservância do disposto no § 4º implica a extinção dos saldos credores ao término do contrato.

Art. 14 - Os saldos dos investimentos reconhecidos e as condições de sua recuperação futura constituirão base para o cálculo de indenização a concessionários ou permissionários, quando da eventual encampação dos serviços ou extinção dos contratos antes do seu término, sem prejuízo da aplicação de multas ou de outras condições estipuladas.

Art. 15 - Os concessionários ou permissionários deverão manter contabilidade específica e exclusiva, relativa ao objeto de cada contrato de concessão, de acordo com Plano de Contas definido pela entidade reguladora.

Parágrafo único. Será vedada a inclusão de outras atividades complementares ou correlatas, mesmo as autorizadas no contrato de concessão, nos registros e sistemas contábeis de que trata o "Caput" deste artigo.

Art. 16 - Os investimentos realizados pelos concessionários ou permissionários nos sistemas de saneamento, em bens caracterizados contratualmente como reversíveis, não podem ser onerados a nenhum título ou sob qualquer pretexto.

---

<sup>3</sup> Emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça

## CAPÍTULO V DA POLÍTICA DE SANEAMENTO

Art. 17 - A União coordenará a política de saneamento em âmbito nacional, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo Único - É competência exclusiva da União estabelecer parâmetros mínimos de potabilidade para a água destinada ao consumo humano.

Art. 18 - A União, no prazo máximo de cento e oitenta dias a contar da sanção desta Lei, formulará a Política Nacional de Saneamento, como instrumento de orientação das suas ações no setor e estabelecerá critérios para aplicação dos recursos públicos administrados pela União em serviços públicos de saneamento.

Parágrafo Único - A União estabelecerá Sistema Nacional de Informações em Saneamento, objetivando a formulação, o acompanhamento e a divulgação de indicadores do setor em âmbito nacional.

Art. 19 - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão formular suas Políticas e seus Planos Estaduais; Distritais e Municipais de Saneamento, atendendo às suas peculiaridades regionais e locais e assegurando a compatibilização dos mesmos com a Política Nacional de Saneamento.

Parágrafo Único - Os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios deverão estruturar, em seus respectivos níveis de atuação e segundo suas capacidades técnica e financeira, Sistemas de Informações de Saneamento, integrando-os entre si e, em níveis sucessivos, com os demais sistemas e com o Sistema Nacional de Informações de Saneamento.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20 - As concessões e permissões de serviços públicos de saneamento básicos vigentes em caráter precário, as que estiverem com os prazos vencidos e aquelas em vigor por prazo indeterminado, ainda que por força de lei anterior, poderão permanecer válidas pelo prazo de dois anos, a contar da publicação desta Lei.

§ 1º O prazo mencionado no “Caput” deste artigo poderá ser estendido, em caráter excepcional, pelo período adicional, necessário à viabilização do ressarcimento de investimentos realizados pelo atual concessionário e ainda não integralmente amortizados, com base em autorização legal aprovado no âmbito da instância governamental detentora do poder concedente e mediante competente termo contratual pactuado entre as partes, ressalvado o disposto no § 5º do Artigo 12 desta Lei.

§ 2º O termo contratual mencionado no parágrafo anterior, deverá obedecer ao disposto nesta lei, especialmente quanto ao exercício do poder concedente, às atividades de regulação e controle e às condições para a delegação dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 3º Os contratos de concessão e permissões objeto do “caput” deste artigo, aqueles em vigor e os que venham a vencer, e que tenham, em quaisquer dessas hipóteses, saldos de investimentos não amortizados deverão ter as condições de indenização definidas previamente à realização de novas licitações, mediante acordo entre poder concedente e concessionários.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se também aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que possuam serviços públicos de saneamento básico concedidos a empresas das quais participem acionariamente, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 5º Nos casos em que as constituições estaduais e a leis orgânicas distrital ou municipais disponham, de forma específica sobre a prestação de serviços públicos de saneamento básico por concessionários sob controle estatal, as regras para as concessões e permissões de gente nas condições mencionadas no “caput” deste artigo serão definidas em lei da respectiva instância governamental, sem prejuízo da observância das demais disposições desta Lei.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a dispensabilidade de lei autorizativa nos casos de saneamento básico e limpeza urbana, constante do art. 2º da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995.

## MINUTA DE PROJETO DE LEI ESTADUAL SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO<sup>1</sup>

*Dispõe sobre a prestação, regulação, fiscalização e controle dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Estado d \_\_\_\_\_ e dá outras providências.*

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - A prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado d \_\_\_\_\_ obedecerá às normas da legislação federal pertinente e às disposições estabelecidas nesta lei para a sua disciplina, regulação e controle.

**Parágrafo Único** - Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são usuários dos recursos hídricos, submetendo-se à legislação pertinente, especialmente à Lei Estadual Nº \_\_\_\_ / \_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 199\_\_ e seu regulamento.

**Art. 2º** - Constituem objetivos desta Lei:

**I** - promover a universalização do atendimento, promovendo a equidade no acesso aos serviços públicos de água e de esgotos;

**II** - assegurar a qualidade dos serviços e a satisfação dos usuários;

**III** - atrair recursos para investimentos na implantação, expansão e na melhoria dos serviços, incluindo a participação de agentes privados no financiamento e na prestação dos serviços;

**IV** - estimular a eficiência e a auto-sustentação financeira dos serviços, bem como a redução dos seus custos;

**V** - regular e controlar a prestação dos serviços de água e de esgotos;

**VI** - disciplinar a utilização dos recursos públicos do Estado nos subsídios ao investimento e ao atendimento dos consumidores de mais baixa renda.

**Art. 3º** - Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são considerados serviços públicos essenciais, tendo como principais objetivos:

**I** - prover as necessidades da vida e do bem-estar da população;

**II** - preservar a saúde pública e o meio-ambiente, especialmente os recursos hídricos;

**III** - viabilizar o desenvolvimento social e econômico.

---

<sup>1</sup> Proposta elaborada pela Secretaria de Política Urbana - SEPURB do Ministério do Planejamento e Orçamento com base nos trabalhos de assistência técnica aos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Mato Grosso, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, realizados por esta Secretaria no âmbito do PMSS.

## CAPÍTULO II

### DA TITULARIDADE DOS SERVIÇOS E DAS RESPONSABILIDADES DO TITULAR

**Art. 4º** - O titular dos serviços públicos de água e de esgotos, observadas as normas legais pertinentes é:

**I** - o Município, nos casos de serviços de interesse local, entendidos como tais aqueles serviços de água e de esgotos em cuja execução as instalações operacionais não sejam compartilhadas com outras localidades;

**II** - o Estado, em conjunto com os Municípios interessados, quando abranger a prestação de serviços que atendam a interesses comuns a dois ou mais Municípios integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões instituídas como tal mediante Lei Complementar Estadual, nos termos do § 3º artigo 25 da Constituição Federal.

**§ 1º** A Lei Complementar Estadual definirá os serviços públicos de água e de esgotos de interesse comum e a forma de cooperação entre o Estado da Bahia e os Municípios interessados para o planejamento, a organização e a prestação desses serviços, nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, inclusive estabelecendo os instrumentos e processos de participação dos Municípios nas decisões relativas ao exercício, pelo Estado, da titularidade desses serviços de interesse comum.

**§ 2º** Os Municípios, no exercício de suas respectivas titularidades dos serviços públicos de água e de esgotos de interesse local, poderão agrupar-se, na forma da lei, para planejar, organizar e prestar os referidos serviços, direta ou indiretamente, quando conveniente aos seus interesses o compartilhamento de instalações ou a administração conjunta desses serviços.

**Art. 5º** - Compete ao titular dos serviços:

**I** - formular as Políticas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, na sua área de competência;

**II** - definir, na forma desta lei, como os serviços serão prestados;

**III** - proceder a outorga, concessão ou permissão dos serviços e formalizar os respectivos instrumentos contratuais de delegação;

**IV** - avaliar as necessidades de expansão dos serviços para o atendimento das demandas atual e futura;

**V** - estabelecer o regime tarifário para a prestação dos serviços de forma a assegurar, em condições de eficiência, seu equilíbrio econômico e financeiro;

**VI** - definir, quando necessário, os subsídios para o atendimento aos usuários residenciais que não tenham renda suficiente para garantir o pagamento integral do custo dos serviços, no nível do consumo essencial de água;

**VII** - estabelecer os padrões de qualidade para a prestação dos serviços, observado o disposto na presente Lei;

**VIII** - instituir os instrumentos requeridos para a Regulação, Controle e Fiscalização da prestação dos serviços, inclusive criando, quando for o caso, uma agência própria para o exercício de tais fins ou delegando essas responsabilidades a outra entidade, mediante convênio;

**IX** - observar o processo de regulação e controle sobre a prestação dos serviços definido nos competentes instrumentos legais;

**X** - intervir e retomar a administração e a operação dos serviços delegados, sempre que for indicado pela Agência Reguladora e segundo as formas legalmente estabelecidas, quando necessário para preservar a prestação dos serviços e o interesse público.

### CAPÍTULO III

#### DA POLÍTICA PÚBLICA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DO RESPECTIVO PLANO DE AÇÃO

**Art. 6º** - A Política Pública de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, será definida pelo titular dos serviços, observando os seguintes princípios:

**I** - a prestação contínua e ininterrupta dos serviços a toda a população, independentemente do seu nível social ou econômico;

**II** - o atendimento prioritário das necessidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de risco sanitário;

**III** - a integração com as ações de proteção e desenvolvimento dos recursos hídricos e do meio-ambiente;

**IV** - a melhoria contínua da qualidade e da eficiência da prestação dos serviços;

**V** - o estímulo à competição pelo mercado entre operadores e a limitação dos riscos decorrentes do monopólio;

**VI** - o equilíbrio econômico e financeiro da prestação dos serviços;

**Art. 7º** - Caberá ao Estado, no exercício das competências estabelecidas nos incisos \_\_\_\_ e \_\_\_\_ do artigo \_\_\_\_ da Constituição Estadual, formular a Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário tendo como objetivo principal garantir o acesso universal e sustentado da população a esses serviços.

**Parágrafo Único** - Em relação aos serviços de titularidade municipal, a Política Estadual definirá as formas de cooperação do Estado com os Municípios, requeridas para a resolução dos problemas locais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

**Art. 8º** - O titular dos serviços de água e de esgotos definirá, através de lei, as condições essenciais do Plano de Ação para a administração, operação e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na sua área de competência, com periodicidade plurianual, de no mínimo 3 (três) e no máximo 10 (dez) anos, contendo:

**I** - a definição das metas e das prioridades na prestação dos serviços para o período;

**II** - a indicação das estratégias gerais para a resolução dos problemas e para o atingimento das metas definidas;

**III** - as estimativas dos recursos que serão mobilizados no período e as alternativas para o financiamento dos investimentos e seu retorno posterior;

**IV** - as formas de participação do poder público, através de subsídios, para o atendimento de segmentos populacionais de baixa renda e/ou onde se demonstrar a impossibilidade de retorno dos custos pela receita tarifária;

**V** - a forma de monitoramento e de ajustes na execução do Plano.

**Parágrafo Único** - Anualmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, fixará o limite dos gastos públicos no sistema, atendidas as metas do Plano de Ação.

#### CAPÍTULO IV DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**Art. 9º** - Os serviços de água e de esgotos poderão ser prestados:

- I** - pelo poder público titular, através dos órgão da sua administração direta;
- II** - pelo poder público titular, através de outorga “*ex legis*” a autarquia, a empresa pública ou a sociedade de economia mista das quais detenha o controle; ou
- III** - por terceiros privados ou sociedades de economia mista, controladas por outras esferas administrativas que não o titular, aos quais os serviços sejam delegados, mediante concessão ou permissão.

**Parágrafo Único** - Na prestação dos serviços a comunidades de pequeno porte, especialmente nas áreas rurais, o titular poderá delegar as atividades operacionais a organizações comunitárias ou sociais legalmente constituídas, mediante contrato de gestão, dispensada a licitação nos termos do inciso 24, do artigo 24, da Lei Federal 8.666 / 93, de 21 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei Federal 9.648 / 98, de 27 de maio de 1998.

**Art. 10** - Nenhuma concessão ou permissão, precedida ou não de obra pública, será delegada sem lei anterior que a autorize e lhe defina os termos

**Art. 11** - Todas as formas de prestação dos serviços de água e de esgotos e todos os seus agentes executores estarão submetidos às condições estabelecidas nos instrumentos de regulação e controle, na forma definida nesta lei.

**Art. 12** - A concessão dos serviços, precedida ou não de execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, observadas as normas gerais da legislação federal sobre licitações e sobre concessão e permissão da prestação de serviços públicos, complementadas por esta Lei, pelas demais normas pertinentes e pelo edital de licitação.

**Art. 13** - A transferência da concessão, bem como a subconcessão, serão precedidas de licitação realizada pelo poder concedente.

**§ 1º** Os termos e procedimentos da licitação serão definidos pelo titular dos serviços, ouvida a entidade reguladora.

**§ 2º** O subconcessionário se sub-rogará em todos os direitos e obrigações da subconcedente, dentro dos limites da subconcessão.

**Art. 14** - A transferência do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente, ouvida a entidade reguladora, implicará a caducidade da concessão.

**Parágrafo Único** – Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:

**I** – atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço;

**II** – comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

**Art. 15** - A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.

**Art. 16** - Constituem obrigações dos prestadores de serviços:

**I** - prestar os serviços, de acordo com as condições estabelecidas nas normas e regulamentos pertinentes e nos instrumentos de delegação;

**II** - garantir o atendimento dos padrões estabelecidos para a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

**III** - elaborar e apresentar à entidade reguladora, os Planos de Exploração dos Serviços definindo as estratégias de operação, a previsão das expansões e os recursos previstos para investimento;

**IV** - elaborar e apresentar para aprovação da entidade reguladora, o Manual de Prestação de Serviços e de Atendimento ao Consumidor;

**V** - administrar, operar e manter os sistemas de água e esgotos, de modo a garantir o atendimento dos objetivos gerais de prestação dos serviços, os padrões de qualidade, a preservação dos bens consignados à prestação dos serviços e níveis eficientes de custo;

**VI** - realizar os investimentos requeridos para a execução dos planos de expansão e para a manutenção dos sistemas e da qualidade da prestação dos serviços;

**VII** - publicar com a periodicidade e a forma definidas pela entidade reguladora, as informações gerais e específicas sobre a prestação dos serviços, envolvendo a qualidade e custo do atendimento, ocorrências operacionais relevantes, investimentos realizados e outras informações para o conhecimento geral da evolução dos serviços prestados;

**VIII** - atender aos pedidos de informações e de esclarecimentos solicitados pela entidade reguladora, relativamente a todos e quaisquer aspectos relacionados com a prestação dos serviços;

**IX** - promover as ações comerciais necessárias para as ligações dos usuários aos sistemas, medição dos volumes consumidos e faturamento dos serviços prestados;

**X** - cobrar dos usuários os serviços faturados, impondo sanções aos usuários inadimplentes, observadas as condições estabelecidas nos regulamentos e normas para esses procedimentos;

**XI** - propor, à entidade reguladora, mudanças e ajustes nos planos de expansão e investimentos, com base na experiência de operação dos sistemas e nas tendências verificadas na expansão física e demográfica de sua área de atuação;

**XII** - apresentar à Agência Reguladora, com a periodicidade definida pela mesma, suas análises e pedidos de reajustes ou revisões tarifárias;

**XIII** - realizar fiscalizações e auditorias nas instalações e formas de utilização dos serviços pelos usuários, orientando-os para mudanças e/ou impondo as devidas sanções.



**Parágrafo Único** - Os prestadores de serviço serão auditados anualmente, tanto no que se refere ao desempenho, na área técnica operacional quanto aos aspectos contábeis e financeiros, realizadas por instituições reconhecidas pela entidade reguladora.

## CAPÍTULO V DA REGULAÇÃO E DO CONTROLE

**Art. 17** - A regulação dos serviços de água e de esgotos compreende aspectos relativos à garantia da qualidade da prestação dos serviços, à garantia dos direitos sociais, à definição do mercado e às regras para exploração econômica dos serviços, tendo como objetivos fundamentais:

**I** - promover a estabilidade nas relações entre o poder concedente, os prestadores dos serviços e os usuários, mediante procedimentos que assegurem clareza, simplicidade e transparência na formulação e na aplicação das regras;

**II** - proteger os usuários contra práticas abusivas e monopolistas, especialmente assegurando a modicidade das tarifas e a qualidade do serviço;

**III** - garantir os direitos dos prestadores dos serviços, protegendo-os de inobservâncias das condições contratuais especialmente aquelas que comprometam o equilíbrio econômico e financeiro dos respectivos contratos;

**IV** - estipular condições que promovam a eficiência econômica e técnica, contribuindo para o alcance dos objetivos e benefícios sociais da prestação dos serviços.

**Art. 18** - As funções de regulação e controle dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da competência do Estado serão exercidas por entidade pública estadual, criada por lei específica, dotada de autonomia administrativa e financeira e independência funcional.

**Art. 19** - Os Municípios poderão delegar à entidade referida no artigo anterior, mediante convênio, o exercício da regulação, controle e fiscalização dos serviços de água e de esgotos de sua competência.

**Parágrafo Único** - Os convênios firmados com a entidade reguladora definirão a forma de participação e acompanhamento pelo Município das atividades delegadas.

**Art. 20** - A entidade reguladora, nos processos administrativos que versem sobre regulação, controle e fiscalização, de sua competência, assegurará a participação de representantes credenciados:

**I** - pelo titular dos serviços;

**II** - pelo prestador de serviços;

**III** - pela diversas classes de usuários dos serviços.

**Parágrafo Único** - A participação dos usuários na organização e estruturação da entidade reguladora será assegurada, no mínimo, pela designação de um Ouvidor Público, dentre os seus dirigentes, ao qual se vinculará um Comitê de Usuários integrante da estrutura da entidade.

**Art. 21** - A entidade reguladora dos serviços de água e de esgotos articulará as suas ações com as dos órgãos que tratam da regulação ambiental e dos recursos hídricos, bem como da saúde pública, visando a maior coordenação e eficácia das ações de regulação e controle como um todo.

## CAPÍTULO VI DA PROTEÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS

**Art. 22** - Os moradores e os estabelecimentos situados nas áreas atendidas pelos serviços, têm o direito de acesso à rede pública de fornecimento de água potável e a sistemas de coleta de esgotos, segundo as condições gerais definidas na presente lei, podendo, por isso, exigir essa prestação do titular dos serviços e das organizações credenciadas pelo mesmo para a sua prestação.

**§ 1º** - O exercício do direito de acesso aos serviços de que trata esse artigo, observará os planos e programas de expansão do atendimento definidos e tornados públicos pelo titular e pelos prestadores de serviços.

**§ 2º** - A regularização das áreas urbanas é condição prévia para garantia do direito de acesso aos serviços de água e de esgotos.

**§ 3º** - Nenhum empreendimento urbano será regularizado e autorizado, sem que tenham sido previamente demonstradas e asseguradas as condições de atendimento do mesmo pelos serviços de água e de esgotos.

**§ 4º** - O titular, com o apoio da entidade de regulação e dos prestadores de serviços de esgotos e de comum acordo com a autoridade responsável pela regulação ambiental, poderá definir formas alternativas e sistemas simplificados para a coleta e tratamento de esgotos, em função das condições objetivas existentes em cada caso, observadas as garantias de segurança sanitária das soluções adotadas.

**Art. 23** - São direitos dos usuários dos serviços de água e de esgotos:

**I** - obter do prestador dos serviços a ligação do seu domicílio ou estabelecimento às redes de água ou de esgotos, acessíveis nas condições estabelecidas pelo Manual de Serviços e de Atendimento ao Consumidor;

**II** - receber os serviços, dentro das condições, e segundo os padrões constantes dos instrumentos de delegação, das normas e regulamentos pertinentes e do Manual de Serviços e Atendimento ao Consumidor;

**III** - obter informações detalhadas sobre as suas contas de água e de esgotos, bem como de outros serviços oferecidos pelo prestador;

**IV** - solicitar verificações nos instrumentos de medição de consumo, sempre que ocorrerem variações significativas nos padrões regulares de consumo;

**V** - recorrer à entidade reguladora, nos casos de não atendimento de suas reclamações pelo prestador dos serviços, ou sempre que não estejam sendo regularmente atendidos os padrões de qualidade e regularidade no fornecimento de água e no esgotamento sanitário;

**VI** - obter informações sobre os planos de expansão e de investimentos previstos, que possam afetar o seu atendimento futuro;

**VII** - ser previamente informado pelo prestador dos serviços de quaisquer alterações e interrupções na prestação dos serviços, decorrentes de manutenção programada, com indicação clara dos períodos e alterações previstas nos serviços, bem como das medidas mitigadoras que serão oferecidas;

**VIII** - ser informado, diretamente ou através de meio de divulgação adequado, de acidentes ocorridos no sistema, com indicação clara dos períodos e alterações previstas, bem como das medidas mitigadoras que serão oferecidas;

**Art. 24** - São deveres dos usuários dos serviços de água e de esgotos:

**I** - utilizar, de modo adequado, os serviços de água e de esgotos, observando as normas, regulamentos e indicações do Manual de Serviços e Atendimento ao Consumidor e mantendo em condições adequadas todas as instalações internas de água e esgotos do domicílio ou estabelecimento;

**II** - preservar os recursos hídricos, controlando os desperdícios e perdas no processo de utilização dos mesmos;

**III** - observar no uso dos sistemas de esgotos, os padrões permitidos para lançamento na rede coletora, responsabilizando-se por todo e qualquer dano causado ao sistema e aos recursos hídricos pelos lançamentos indevidos que fizer;

**IV** - informar ao prestador dos serviços ou à entidade reguladora quaisquer fatos de que tenham tido conhecimento, e que possam afetar a prestação dos serviços de água e de esgotos;

**V** - pagar, dentro dos prazos, as faturas referentes aos serviços de água e de esgotos, bem como de outros serviços realizados pelo prestador.

**Art. 25** - Os usuários dos serviços terão assegurados seus direitos de participação nos processos de elaboração da Política Pública de Saneamento, na definição dos instrumentos para a outorga, concessão e permissão dos serviços e no acompanhamento das atividades de regulação e controle, sob pena de nulidade dos atos em que tal participação não estiver assegurada.

**§ 1º** O titular dos serviços e a entidade reguladora definirão, em regulamento, como se dará a participação dos usuários, dando adequada publicidade a essas formas.

**§ 2º** Os processos de participação dos usuários visarão o exercício do controle social, não devendo interferir diretamente nas atividades de gestão e operação dos serviços, nem prejudicar a celeridade das atividades de regulação e controle.

**Art. 26** - Os prestadores de serviços são obrigados a manter um serviço específico de atendimento às reclamações dos usuários, em seus escritórios ou dependências de atendimento comercial, em locais de fácil acesso e que funcione, no mínimo, no mesmo horário do seu expediente normal.

**§1º** - O prestador dos serviços manterá os registros das reclamações acessíveis e disponíveis para a entidade reguladora, apresentando periodicamente, na forma definida pela entidade, relatório dessas ocorrências.

**§ 2º** - Os limites de prazo para atendimento das reclamações dos usuários serão estabelecidos nos instrumentos contratuais de prestação dos serviços, servindo de base para aplicação de multas e penalidades pelo seu não cumprimento.

## CAPÍTULO VII DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

**Art. 27** - Para garantir a qualidade dos serviços, o titular fixará os níveis mínimos a serem observados pelos prestadores, através de instrumento que constitua parte integrante dos contratos de concessão, permissão ou outra forma de obrigação, dispondo pelo menos sobre:

- I** - cobertura dos serviços;
- II** - qualidade da água distribuída, observadas as disposições da norma federal pertinente;
- III** - pressão da água na rede de distribuição;
- IV** - continuidade e interrupções no abastecimento de água;
- V** - padrão de lançamento na rede coletora de esgotos;
- VI** - controle de extravasamento nas redes de esgotos;
- VII** - tratamento dos esgotos e qualidade do efluente para disposição final;
- VIII** - atendimento aos usuários

**§1º** - O Estado, no exercício das competências concorrentes, na forma da Constituição Estadual, poderá estabelecer valores mínimos para os padrões referidos neste artigo, a serem observados nas suas diversas Regiões visando proteger os direitos dos consumidores, a saúde pública e meio ambiente.

**§2º** - O descumprimento dos padrões de qualidade implicará na imposição de sanções ao prestador dos serviços, podendo ainda ensejar a indenização aos usuários prejudicados.

**Art. 28** - Os índices de cobertura de serviços serão definidos visando alcançar a universalização do atendimento, estabelecendo metas para:

- I** - atendimento com serviços de água, separadamente para áreas urbanas e rurais;
- II** - atendimento com serviços de esgotos, separadamente para áreas urbanas e rurais;
- III** - atendimento específico com serviços de água e de esgotos para populações e áreas urbanas de baixa renda;
- IV** - tratamento de esgotos.

**Parágrafo Único** - O prestador dos serviços de água e de esgotos apresentará à entidade reguladora, em conformidade com suas obrigações contratuais, os planos e programas para garantia das metas de cobertura, com indicação da evolução da cobertura a ser obtida ao longo do período de exploração.

**Art. 29** - Os prestadores dos serviços são obrigados a fornecer as informações requeridas pela entidade reguladora e a criar facilidades para o acesso às suas instalações pelo titular dos serviços, pelos representantes da entidade reguladora e dos órgãos de controle ambiental, bem como por representações dos usuários.

**Art. 30** - Para atender a necessidade de melhoria das condições ambientais, o titular dos serviços, em casos especiais decorrentes de circunstâncias técnicas e limitações econômicas, poderá propor a adoção de soluções graduais de tratamento de esgotos.

**§ 1º** - Na ocorrência das hipóteses de que trata este artigo, a entidade reguladora dos serviços de água e esgotos solicitará ao órgão de controle ambiental, autorização para o tratamento e lançamento dos efluentes, em estágios sucessivos de qualidade, até que venha a assegurar os níveis desejados para a qualidade dos corpos receptores, indicando em seu pedido as soluções tecnológicas que adotará e os prazos previstos para a implantação de cada estágio.

**§ 2º** - As soluções progressivas de tratamento de esgotos não poderão agravar as condições pré-existentis do corpo d' água receptor

## CAPÍTULO VIII DO REGIME ECONÔMICO

**Art. 31** - O titular definirá o regime tarifário dos serviços, orientando-o pelos critérios de eficiência econômica, isonomia, solidariedade e redistribuição, bem como a sustentação financeira, assegurados os padrões definidos para a qualidade dos serviços.

**Art. 32** - Para assegurar a eficiência econômica, os modelos para a fixação das tarifas deverão:

I - considerar tanto os custos dos serviços, quanto os estímulos para o aumento da produtividade;

II - refletir a estrutura de custos econômicos para a prestação e as demandas pelos serviços de água e de esgotos;

III - assegurar que os ganhos de produtividade se distribuam entre os prestadores dos serviços que os tenham produzido e os usuários, como tenderia a ocorrer em um mercado competitivo;

IV - impedir que se transfiram às tarifas e preços dos serviços os custos decorrentes de ineficiência ou má gestão do prestador.

**Art. 33** - O Estado poderá estabelecer no regime tarifário dos serviços de sua titularidade, os critérios de progressividade e redistribuição entre os consumidores, sob a forma de subsídios cruzados, quando necessários para viabilizar o atendimento da população de mais baixa renda.

**Parágrafo Único** - O regime de subsídios cruzados, incluindo a redistribuição dos recursos arrecadados, poderá ser estendido aos serviços de interesse local, de titularidade municipal, desde que haja acordo entre o Estado e os Municípios envolvidos, expresso nos instrumentos de delegação.

**Art. 34** - O princípio de sustentação financeira da prestação dos serviços, será assegurado através de fórmulas tarifárias que:

I - garantam a recuperação dos custos e gastos próprios da operação em regime de eficiência, incluindo provisões para a manutenção, reposição e expansão dos sistemas;

II - assegurem taxas de remuneração do capital investido semelhantes às que seriam obtidas com a aplicação de capital próprio em setores de risco comparáveis ao de água e esgotos e/ou das taxas de mercado para empréstimos, praticadas nesse tipo de atividade;

**III** - permitam utilizar tecnologias modernas e produtivas, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços.

**Art. 35** - O poder público poderá definir formas de subsídios para os investimentos ou para pagar uma parte do valor do consumo dos usuários que demonstrarem incapacidade para arcar com os custos totais de fornecimento.

**§ 1º** - Os valores dos investimentos nos sistemas de água e de esgotos feitos pelo poder público não serão incluídos para o cálculo das tarifas.

**§ 2º** - O subsídio direto ao consumo dos usuários de baixa renda será limitado ao volume per capita estabelecido como essencial.

**§ 3º** - As contas apresentadas pelo prestador dos serviços discriminarão as parcelas correspondentes aos custos dos serviços, ao subsídio e ao valor líquido a ser pago pelo usuário.

**§ 4º** - O titular dos serviços, ouvida a entidade reguladora estabelecerá em norma própria as condições de elegibilidade e de manutenção do benefício.

**Art. 36** - As tarifas e preços dos serviços serão fixados pelo titular, ouvida a entidade reguladora, segundo fórmulas previamente definidas e tornadas públicas antes de sua aplicação, sendo estabelecidas por critérios objetivos, demonstráveis, acessíveis ao entendimento comum e com prazos determinados de validade.

**Art. 37** - As tarifas dos serviços de água e de esgotos poderão ser modificadas através de reajustes e de revisões.

**Art. 38** - Os reajustes tarifários serão realizados com periodicidade definida na forma estabelecida no instrumento de delegação dos serviços, tendo por objetivo recompor o valor original da tarifa diante das variações monetárias.

**Art. 39** - As revisões ordinárias das tarifas compreenderão a reavaliação periódica das condições da prestação dos serviços e dos preços praticados, realizada nos prazos definidos nos instrumentos de delegação, sendo coordenada pela entidade reguladora.

**Parágrafo Único** - Poderão ser promovidas revisões extraordinárias da tarifa quando da ocorrência de fatos não previstos que alterem, de forma estrutural, as condições de prestação dos serviços, afetando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## CAPÍTULO IX DA AMPLIAÇÃO E GARANTIA DO ATENDIMENTO

**Art. 40** - Compete aos prestadores dos serviços a responsabilidade pela ampliação dos sistemas de água e de esgotos, de modo a garantir o atendimento dos usuários em sua área de atuação, de acordo com as condições gerais e específicas estabelecidas pelo titular dos serviços nos instrumentos de delegação.

**Art. 41** - O Edital de Licitação para a concessão dos serviços de água e de esgotos deverá prever a apresentação, pelos concorrentes, de Planos de Exploração dos Serviços que assegurem o nível de cobertura e os padrões de qualidade desejados.

**Parágrafo Único** - O Plano de Exploração integrante da proposta vencedora, constituirá parte do respectivo contrato de concessão e referência para a fiscalização e controle da Agência Reguladora, obrigando o prestador do serviço à sua execução.

**Art. 42** - Quando a autorização para exploração dos serviços se fizer através de outorga direta ou outro meio que dispense a licitação, a entidade a quem for entregue pelo titular a responsabilidade pela prestação dos serviços estará obrigada a apresentar, para o período previsto de operação, os planos a que se refere o artigo anterior.

**Parágrafo Único** - Os planos apresentados na forma do caput desse artigo, deverão ser analisados e aprovados pelo titular dos serviços, ouvida a Agência Reguladora, constituindo instrumento de referência para a fiscalização e controle por parte da Agência de Regulação.

**Art. 43** - Os recursos necessários para o financiamento da execução dos Planos de Exploração, serão mobilizados pelo prestador dos serviços.

**Parágrafo Único** - Em casos especiais, o poder público poderá participar com recursos para viabilizar o acesso de populações de baixa renda, nas formas definidas na presente lei.

**Art. 44** - O descumprimento do Plano de Exploração, pelo prestador dos serviços, constitui falta grave, sujeitando o infrator às sanções estabelecidas nos respectivos instrumentos de delegação.

**Art. 45** - A assinatura dos contratos de concessão dos serviços de água e de esgotos estará condicionada à apresentação de garantias pelo prestador dos serviços, nas formas definidas no Edital de Licitação, que assegurem a execução do Plano de Exploração proposto.

**Art. 46** - Os valores investidos pelos prestadores de serviços, constituirão créditos perante o poder concedente, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, na forma e nos prazos estabelecidos no contrato.

**§ 1º** Os investimentos realizados nos sistemas, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados, por instituição contratada pela Agência Reguladora.

**§ 2º** Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados e aceitos, enquanto parte integrante das receitas futuras dos serviços, poderão constituir garantia de empréstimos aos prestadores de serviços, contraídos com o fim exclusivo de investimento nos sistemas de saneamento objeto do contrato.

**§ 3º** A existência de saldos credores ao término dos contratos, para a cobertura de investimentos supervenientes, deverá estar expressa em termo aditivo de contrato, que deverá prever, explicitamente, condições, prazos e formas de pagamento, taxas de juros e fontes de recursos para o provimento dos ressarcimentos previstos

**§ 4º** Os saldos credores ao final do contrato poderão ser transferidos para a responsabilidade de novo concessionário, desde que esta condição esteja explícita no termo aditivo referido no parágrafo anterior e no edital de licitação.

**§ 5º** A inobservância do disposto no § 3º implica a extinção dos saldos credores ao término do contrato.

**Art. 47** - Os saldos dos investimentos reconhecidos e as condições de sua recuperação futura constituirão base para o cálculo de indenização dos prestadores de serviços, quando da eventual

encampação dos serviços ou da extinção dos contratos antes do seu término, sem prejuízo da aplicação de multas ou de outras condições estipuladas

**Art. 48** - Os prestadores de serviço deverão manter contabilidade específica e exclusiva, relativa ao objeto de cada instrumento de delegação, de acordo com Plano de Contas aprovado pela Agência Reguladora.

**Parágrafo Único** - Será vedada a inclusão de outras atividades complementares ou correlatas, mesmo as autorizadas nos instrumentos de delegação, nos registros e sistemas contábeis de que trata o “caput” deste artigo.

## CAPÍTULO X DOS BENS CONSIGNADOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**Art. 49** - Os bens próprios, vinculados e indispensáveis para a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se constituem como bens públicos, não podendo ser removidos, alienados, dados em garantia ou utilizados com qualquer outro fim que não seja o abastecimento de água ou esgotamento sanitário.

**Art. 50** - Os prestadores dos serviços são responsáveis pela administração, guarda, exploração e manutenção em perfeitas condições operacionais, de todos os bens integrantes dos sistemas de água e esgotos que lhes tenham sido confiados pelo titular dos serviços, bem como os bens que vierem a ser incorporadas ao sistema, através dos programas de investimento, cabendo-lhes realizar, para esse fim, programas contínuos de manutenção, conservação, substituição e modernização dos componentes dos sistemas.

**Art. 51** - O prestador dos serviços de água e de esgotos utilizará os bens consignados à operação dos sistemas com plena liberdade para os fins de prestação dos serviços de água e de esgotos, observadas as especificações técnicas pertinentes e suas responsabilidades para com a guarda e manutenção desses bens.

**Art. 52** - Concluídos os prazos de prestação dos serviços previstos nos instrumentos de delegação, os bens integrantes dos sistemas de água e de esgotos serão automaticamente restituídos pelo prestador dos serviços e revertidos para o titular dos serviços, mediante inventário e avaliação dos bens restituídos diante das obrigações contratuais do prestador, apurando-se nesse ato as indenizações eventualmente devidas, que serão integralmente cobradas no ato de resolução do contrato.

**Art. 53** - A reversão dos bens, antes de expirado o prazo contratual, importará pagamento de indenização pelas parcelas de investimento a ele vinculados, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

## CAPÍTULO XI DA EXTINÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DA DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**Art. 54** - A concessão extinguir-se-á por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação e falência ou extinção da empresa, observadas as normas gerais estabelecidas na legislação e as disposições desta Lei.



**Parágrafo Único** - A extinção devolve ao titular os direitos e deveres relativos à prestação dos serviços de água e esgotos em relação à comunidade.

**Art. 55** - O contrato de concessão poderá ser rescindido, por iniciativa do concessionário, mediante ação judicial específica, no caso de descumprimento pelo poder concedente de obrigações legais, regulamentares ou contratuais, respeitado o direito às indenizações.

**Parágrafo Único** - Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

**Art. 56** - O término antecipado da concessão, resultante de rescisão amigável, será obrigatoriamente precedido de justificação que demonstre o interesse público do distrato, devendo o respectivo instrumento conter regras sobre a composição patrimonial decorrente do ajuste.

**Art. 57** - Cabe ao titular dos serviços praticar os atos de extinção da delegação para a prestação dos serviços de água e de esgotos.

**Art. 58** - Compete à Entidade Reguladora, no exercício de suas atribuições, propor ao titular dos serviços a extinção da delegação para a prestação dos serviços com base nas condições estabelecidas nesta lei.

**Art. 59** - O Edital de Licitação das concessões e o respectivo contrato administrativo poderão prever a hipótese de prorrogação do prazo de duração da concessão, por período que não poderá exceder à metade do prazo inicialmente estabelecido.

**Art. 60** - O concessionário que tiver atendido, de modo satisfatório, a suas obrigações contratuais e legais, durante o prazo da concessão, inclusive a prorrogação, poderá participar da licitação para a nova concessão, sem gozar, porém, de qualquer privilégio em relação aos demais concorrentes.

**Art. 61** - Os pedidos de prorrogação deverão ser apresentados em até um ano antes do vencimento do contrato de concessão.

**Parágrafo Único** - Serão anexados ao requerimento de prorrogação, os elementos comprobatórios de qualificação jurídica, técnica, financeira e administrativa da concessionária, bem como a comprovação de regularidade e adimplemento de seus encargos junto aos órgãos públicos, obrigações fiscais e previdenciárias e compromissos contratuais, firmadas junto a órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

**Art. 62** - O titular dos serviços, atendidos todos os requisitos legais e o prevalente interesse público, poderá deferir o pedido de prorrogação, lavrando o termo aditivo ao contrato de concessão, ouvida a Entidade Reguladora.

## CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 63** - As concessões e permissões de serviços públicos de água e de esgotos, vigentes em caráter precário, as que estiverem com os prazos vencidos e aquelas em vigor por prazo indeterminado, ainda que por força de lei anterior, permanecerão válidas pelo prazo máximo de vinte e quatro meses, a partir da data de publicação desta Lei.

**§ 1º** - O prazo mencionado no “*caput*” deste artigo poderá ser estendido em caráter excepcional, pelo período adicional necessário à viabilização do ressarcimento de investimentos realiza-

dos pelo atual concessionário e ainda não integralmente amortizados, com base em autorização legal aprovada no âmbito do titular dos serviços e mediante competente termo contratual pactuado entre as partes.

**§ 2º** - O termo contratual mencionado no parágrafo anterior deverá obedecer ao disposto nesta Lei, especialmente quanto ao exercício da titularidade, às atividades de regulação e às condições para a delegação da prestação dos serviços.

**§ 3º** - Os contratos de concessão e permissões objeto do “caput” deste artigo, aqueles em vigor e os que venham a vencer que tenham, em quaisquer dessas hipóteses, saldos de investimentos não amortizados, deverão ter as condições de indenização definidas previamente à realização de novas licitações, mediante acordo entre poder concedente e concessionários.

**Art. 64** - Os contratos em vigor no Estado, serão revistos, com base em acordo entre os respectivos titulares e concessionários ou outorgados, ouvida a entidade reguladora, visando adaptá-los ao disposto nesta lei.

**Art. 65** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 66** - Revogam-se as disposições em contrário.

**MINUTA DE PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DA AGÊNCIA ESTADUAL DE  
REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO.<sup>1</sup>**

Ementa: *Cria a Agência Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento do Estado \_\_\_\_\_ e dá outras providências.*

Capítulo I  
Da Autarquia

**Art. 1º** Fica criada a Agência Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento – ARSAN, autarquia sob regime especial, com a finalidade de regular e controlar a prestação dos serviços públicos de saneamento, vinculada à **(órgão da administração estadual ao qual se vincula a ARSAN)**, dotada de poder de polícia e de autonomia financeira, funcional e administrativa, com sede e foro na cidade de \_\_\_\_\_, capital do Estado \_\_\_\_\_.

**Parágrafo Único** A autarquia instituída por esta lei exercerá as suas atribuições conforme as políticas e diretrizes estabelecidas para o setor de saneamento, pelo Estado, ou, sob o enfoque do interesse local, pelos Municípios.

**Art. 2º** A ARSAN atuará em nome do poder concedente, titular dos serviços de saneamento, para os efeitos de aplicação da Lei nº **(Lei Estadual de Prestação de Serviços de Saneamento)** e desta lei.

**§ 1º** A ARSAN poderá celebrar convênios ou acordos com os Municípios do Estado para a regulação dos serviços de saneamento de que são eles titulares em suas respectivas áreas de atuação, observadas as competências específicas e a autonomia municipal.

**§ 2º** Em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, estabelecidas por lei complementar conforme a Constituição do Estado, a ARSAN regulará os serviços de saneamento considerados como função pública de interesse comum.

**§ 3º** A ARSAN, poderá propor e celebrar convênios para realizar intercâmbio de dados e informações, bem como para cooperar com entidades ou órgãos responsáveis de outras áreas relacionadas com o setor de saneamento, especialmente as de meio ambiente, de saúde pública e de recursos hídricos.

**Art. 3º** Para os fins desta lei, considera-se entidade regulada toda e qualquer instituição, pública ou privada, empresa estatal, sociedade de economia mista, empresa privada ou consórcio de empresas à qual foi outorgada a prestação dos serviços públicos de saneamento, mediante concessão, permissão, convênio ou delegação legal, submetida à competência regulatória da ARSAN, nos termos desta lei, da Lei Estadual de Prestação de Serviços de Saneamento e do convênio ou contrato correspondente.

---

<sup>1</sup> Proposta elaborada pela Secretaria de Política Urbana - SEPURB do Ministério do Planejamento e Orçamento com base nos trabalhos de assistência técnica aos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Mato Grosso, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, realizados por esta Secretaria no âmbito do PMSS.

**§ 1º** A competência regulatória da ARSAN compreende a aplicação de todo o disposto na Lei Estadual de Prestação de Serviços de Saneamento e, em especial, a normatização, o controle e a fiscalização dos serviços de saneamento concedidos, permitidos ou delegados por lei ou convênio, bem como a aplicação de sanções cabíveis, nos termos desta lei, contrato ou convênio e demais legislação pertinente.

**§ 2º** A normatização referida no parágrafo anterior compreende a função de estudar e propor normas e padrões de serviços de saneamento, objetivando o controle e a fiscalização da quantidade, qualidade e a economicidade dos serviços regulados, para homologação pelo respectivo poder concedente titular dos serviços.

**§ 3º** O controle mencionado no § 1º consistirá na implementação concreta, para os casos singulares, das diretrizes, normas e padrões estabelecidos nos termos desta lei e na realização de medidas e ações visando a aprovação de providências, a orientação e adequação dos serviços aos objetivos de sua regulação pela ARSAN.

**§ 4º** A fiscalização mencionada no § 1º consistirá na verificação concreta, para cada caso, dos serviços regulados, objetivando apurar se estão sendo efetivamente prestados de acordo com as políticas, diretrizes, padrões, normas técnicas, contratuais ou conveniais estabelecidas, assegurada a participação dos usuários desses serviços.

**§ 5º** A aplicação das sanções será feita após a responsabilização do agente infrator, ao qual se assegurará ampla defesa, das normas desta lei e da Lei Estadual de Prestação de Serviços de Saneamento, regulamentos, contratos, convênios e demais legislações em vigor, no que respeita aos serviços regulados.

**Art. 4º** Se o órgão da administração direta do Município ou a entidade pública por ele criada for, como titular, o prestador dos serviços públicos de saneamento básico local, a ARSAN poderá exercer atividades regulatórias nas condições estabelecidas em convênio com o Município interessado, informando-o de todas as ocorrências pertinentes para as providências de direito a serem tomadas pela autoridade titular.

**Art. 5º** A ARSAN obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, bem como exercerá suas atividades de modo a assegurar que os entes regulados respeitem os direitos dos usuários dos serviços de saneamento e prestem, com justiça e equidade, serviços adequados, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de tarifas.

## Capítulo II Da Competência da ARSAN

**Art. 6º** Compete à Agência Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento – ARSAN:

I - exercer o poder de polícia em relação à prestação dos serviços de água e esgotos, segundo a legislação, normas e regulamentos pertinentes, fazendo cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais e conveniais correspondentes;

II - acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, avaliando o cumprimento das metas e padrões estabelecidos, impondo medidas corretivas e sanções quando for o caso;

III - fixar normas e instruções para a melhoria da prestação dos serviços, redução dos seus custos, segurança de suas instalações e atendimento aos usuários, observados os limites estabelecidos na legislação e nos instrumentos de delegação;

IV - analisar e emitir parecer sobre propostas dos prestadores de serviço quanto a ajustes e modificações nos termos de suas obrigações quanto à prestação dos serviços, aprovando ou rejeitando o que estiver no limite de sua competência;

V - acompanhar o desempenho econômico-financeiro da execução dos serviços, procedendo à análise e aprovação das revisões e dos reajustes tarifários para a manutenção do equilíbrio da prestação dos serviços;

VI - atender as reclamações dos usuários, citando e solicitando informações e providências do prestador dos serviços, bem como acompanhando e comunicando as soluções adotadas;

VII - mediar os conflitos de interesse entre o concessionário e o poder concedente e entre os usuários e o prestador dos serviços, adotando, no seu âmbito de competência, as decisões que julgar adequadas para a resolução desses conflitos;

VIII - acompanhar e auditar a manutenção das instalações e recursos operacionais dos sistemas de água e esgotos, assim como a incorporação de novos bens, para garantia das condições de reversão dos ativos ao poder público no termo dos instrumentos de delegação;

IX - acompanhar e opinar nas decisões do titular relacionadas com alterações dos termos dos instrumentos de delegação, com a sua rescisão antecipada, com as rescisões por término do prazo de delegação ou com as prorrogações dos instrumentos de delegação;

XI - realizar ou recomendar ao poder concedente a intervenção na concessão do serviço ou a sua extinção, nos casos previsto na lei e na forma prevista no contrato ou convênio;

XI - prestar contas anualmente à Assembleia Legislativa do Estado e em audiência pública específica, das suas atividades, incluindo demonstrações quanto a eficácia e efetividade de suas ações, seus custos e produtividade,

XII - apoiar o Governo do Estado e os Governos Municipais com os quais tenha convênio, na formulação da Política Pública de Saneamento e do Plano de Ação, bem como em outras atividades que afetem os serviços de água e de esgotos

XIII - manter atualizado sistemas de informação sobre os serviços regulados, visando apoiar e subsidiar estudos e decisões sobre o setor;

XIV - analisar e emitir pareceres sobre propostas de legislação e normas que digam respeito à regulação e controle dos serviços públicos sob sua responsabilidade;

XV - orientar o Governo do Estado e dos Municípios na preparação, montagem e execução de processos para delegação da prestação dos serviços, através de concessão e permissão, visando garantir a organicidade e compatibilidade daqueles processos com as normas e práticas adequadas de regulação e controle dos serviços;

XVI - prestar assistência técnica a entidades públicas ou privadas em matéria de regulação, controle e fiscalização de serviços públicos;

XVII - elaborar proposta orçamentária, contratar pessoal para o desempenho de suas funções e aperfeiçoar seus quadros de pessoal administrativo e técnico;

XVIII - elaborar o seu regulamento interno, estabelecendo procedimentos para a realização de audiências e consultas públicas, encaminhamento de reclamações, elaboração e aplicação de regras éticas, expedição de resoluções e instruções, emissão de decisões administrativas e respectivos procedimentos recursais.

**§ 1º** No exercício de sua competência de regulação, a ARSAN, quando eventualmente tiver que interferir sobre a prestação do serviço regulado e que importe em repercussões patrimoniais sobre a empresa prestadora ou em alteração significativa na quantidade e qualidade da prestação dos serviços aos usuários, deverá fazê-lo sempre com o prévio conhecimento e consentimento do poder concedente.

**§ 2º** Das decisões finais da ARSAN caberá recurso a **(autoridade responsável pelo órgão da administração estadual ao qual se vincula a ARSAN)**.

**§ 3º** Quando a matéria recursal referir-se a serviço de titularidade de Município conveniente, caberá recurso aos órgãos competentes do Município pertinente, na forma que dispuser a legislação e o convênio de delegação do Município à ARSAN.

### Capítulo III Da Organização da ARSAN

**Art. 7º** - A ARSAN terá a seguinte estrutura organizacional:

- I - Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento;
- II - Gabinete do Superintendente Estadual;
- III - Ouvidoria Geral de Serviços de Saneamento;
- IV - Diretoria de Regulação da Qualidade;
- V - Diretoria de Regulação Econômica;
- VI - Assessoria Jurídica;
- VII - Coordenadoria Administrativa;

**Art. 8º** Os Conselheiros, o Superintendente, o Ouvidor Público e os Diretores da ARSAN, integrantes da direção superior da Agência, deverão satisfazer simultaneamente às seguintes condições:

- I - ser brasileiro;
- II - possuir reputação ilibada e insuspeita idoneidade moral;
- III - ter notável saber em uma das seguintes áreas atinentes ao exercício do poder regulatório: jurídica, econômica, administrativa ou de engenharia;
- IV - não ser acionista, quotista ou empregado de qualquer entidade regulada; e
- V - não ser cônjuge, companheiro, ou ter qualquer parentesco por consangüinidade ou afinidade, em linha direta ou colateral até o segundo grau, com dirigente ou conselheiro de qualquer entidade regulada ou com pessoa que detenha mais de 1% (um por cento) do capital social dessas entidades.

**Art. 9º** É vedado aos Conselheiros e dirigentes da ARSAN, pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da extinção do respectivo mandato, exercerem direta ou indiretamente, qualquer cargo ou função de controlador, diretor, administrador, gerente, preposto, mandatário ou consultor de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos.

**§1º** A infringência ao disposto neste artigo implicará em multa de 5000 ( cinco mil ) UFIR, cobrável pela ARSAN, por via executiva, sem prejuízo de outras sanções cíveis, administrativas ou criminais cabíveis.

**§2º** A posse dos Conselheiros e dirigentes da ARSAN implica em prévia assinatura de termo de compromisso, cujo conteúdo expressará o disposto neste artigo e no artigo anterior.

**Art. 10** Nos casos em que houver delegação pelos municípios à ARSAN para o exercício das funções de regulação e controle dos serviços públicos, mediante convênio, poderá ser criado, a critério da municipalidade delegante, uma instância de representação dos usuários locais dos serviços para os fins de exercício do controle social.

**§ 1º** A entidade de representação dos interesses dos usuários locais deverá se relacionar com o Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços de Saneamento, através da representação dos usuários naquele conselho.

**§ 2º** A entidade de representação dos interesses dos usuários locais manterá relação direta com o Ouvidor Geral dos Serviços de Saneamento, devendo se constituir num canal de vinculação do Ouvidor para com os usuários municipais dos serviços.

**Art. 11** Fica criado o Quadro de Pessoal da ARSAN, composto por um quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas e um quadro de Cargos Permanentes, cuja especificação e respectivas remunerações consta do Anexo \_\_\_\_.

**Art. 12** Fica instituído, no Quadro de Cargos Permanentes da ARSAN, o cargo de Técnico em Regulação e Controle de Serviços Públicos, escalonado em níveis de I a IV, de acordo com as exigências de maior capacitação para o desempenho das atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços de saneamento, ficando estabelecido um diferencial de remuneração de 10% entre os níveis.

**§ 1º** O cargo de Técnico em Regulação e Controle de Serviços Públicos integra o Grupo Ocupacional Outras Atividades de Nível Superior, código \_\_\_\_\_ e é privativo de portadores de diploma de grau universitário, nas categorias de engenheiro, advogado, administrador, economista e contador, ou profissionais de outras categorias com pós-graduação em administração pública, engenharia sanitária ou desenvolvimento urbano.

**§ 2º** As atribuições e requisitos para provimento do cargo de que trata o caput deste artigo constam do Anexo \_\_\_\_.

**§ 3º** Os critérios para ascensão dos integrantes das classes a que se refere este artigo serão disciplinados na lei que disciplinar a matéria em relação aos demais servidores públicos do Governo Estadual.

## Capítulo IV

### Do Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento

**Art. 13** O Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento constitui-se como unidade colegiada deliberativa e recursiva das atividades da ARSAN, cabendo-lhe como principais atribuições:

- I - apreciar e deliberar sobre as normas de funcionamento da ARSAN;
- II - apreciar e aprovar os planos de trabalho e as propostas orçamentárias da Agência;
- III - analisar e encaminhar ao Executivo propostas de normas e regulamentos gerais e específicos para a regulação e controle da prestação de serviços de saneamento, dependentes de legislação;
- IV - acompanhar a evolução dos padrões de serviços e custos, determinando análises e esclarecimentos nas situações de anormalidade;
- V - analisar e decidir sobre os recursos interpostos das decisões do Superintendente da ARSAN pelos prestadores dos serviços e usuários;
- VI - analisar e opinar sobre as políticas públicas relativas aos serviços de saneamento;
- VII - analisar e aprovar os reajustes tarifários dos serviços públicos de saneamento;
- VIII - deliberar sobre todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação e controle dos serviços públicos regulados, apresentadas pelo Superintendente Estadual de Regulação e Controle;
- IX - fixar procedimentos administrativos relacionados ao exercício das competências da ARSAN;
- X - elaborar, aprovar e fazer cumprir o código de ética que regerá a atuação dos conselheiros, dos dirigentes e dos funcionários da ARSAN.

**Art. 14** O Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento será integrado:

- I - por 1 (um) representante do Governo do Estado, vinculado a área de saneamento;
- II - por 2 (dois) representantes dos usuários dos serviços de saneamento, sendo 01 (um) representante dos usuários domiciliares e 01 (um) representante das categorias de usuários industriais e comerciais;
- III - por 1 (um) representante dos operadores da prestação de serviços ;
- IV - por 2 (dois) representantes dos Governos Municipais, sendo 1 (um) deles representante de município com serviços locais, cuja regulação e controle tenha sido delegada à ARSAN, e 1 (um) deles representante de município pertencente a sistema integrado de saneamento;

**§ 1º** Os conselheiros serão designados pelo Governador do Estado e, após nomeados, terão os seus mandatos assegurados, não podendo ser afastados, salvo se praticar ato lesivo ao interesse ou ao patrimônio público ou que comprometa a independência e integridade da ARSAN, apurado na forma da Lei e com amplo direito de defesa.



**§ 2º** Os representantes dos usuários deverão ser escolhidos em processo público, que permita postulação e seleção por sufrágio, segundo normas baixadas pelo Conselho Estadual.

**§ 3º** As deliberações do Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento serão adotadas pela maioria dos votos dos presentes às reuniões, cabendo direito de voto nessas deliberações aos Conselheiros e ao Superintendente Estadual de Regulação e Controle, e voto de minerva ao presidente do Conselho em exercício.

**§ 4º** O Conselho será secretariado pelo Superintendente Estadual de Regulação e Controle, sendo suas sessões presididas por um dos conselheiros integrantes em regime de rodízio.

**§ 5º** Os conselheiros serão designados para mandatos de 2 (dois) anos, renováveis por mais 1 (um) período, sendo exigido a partir de então, um interregno de 2 (dois) anos para que possam habilitar-se à seleção para novo mandato

**§ 6º** Os conselheiros terão direito a uma remuneração mensal calculada com base em uma parcela fixa correspondente a \_\_\_% da Gratificação dos Diretores da ARSAN e um parcela variável proporcional ao número de reuniões de que participem no mês correspondente.

## Capítulo V

### Do Superintendente Estadual de Regulação e Controle

**Art. 15** O Superintendente Estadual de Regulação e Controle constitui, em caráter individual, a autoridade pública revestida dos poderes legais para exercer a regulação e controle da prestação dos serviços de saneamento de competência estadual e os de competência municipal delegados à ARSAN, mediante convênio, dirigindo, para esse fim, a sua estrutura executiva.

**Art. 16** O cargo de Superintendente Estadual será exercido em regime de mandato, por 4 (quatro) anos, iniciando-se no primeiro dia do terceiro ano do mandato de um Governo.

**Parágrafo Único** - O mandato do Superintendente Estadual poderá ser renovado por mais um período, sendo exigido a partir de então, um interregno de 4 (quatro) anos para que possa habilitar-se a novo mandato.

**Art. 17** O Governador do Estado fixará, por Edital, as exigências e o processo público para a seleção de candidatos ao exercício do cargo de Superintendente Estadual de Regulação e Controle, nomeando a Comissão para avaliação e escolha dos candidatos habilitados, submetendo à Assembleia Legislativa o nome escolhido dentre os aprovados no processo público, cabendo a este Poder referendar ou rejeitar a indicação do Executivo, após avaliação pública e aberta do indicado.

**Parágrafo Único** - O Legislativo poderá rejeitar até um máximo de 2 (duas) indicações do Poder Executivo por esse processo, caso em que o Governador poderá nomear, dentre os aprovados, diretamente e sem processo de referendo o nome escolhido.

**Art. 18** Após nomeação, o Superintendente Estadual terá garantidos os seus quatro anos de mandato, não podendo ser afastado do exercício do cargo ou ter limitados os seus poderes, salvo se praticar ato lesivo ao interesse ou ao patrimônio público ou que comprometa a independência e integridade da ARSAN, apurado na forma da Lei e com amplo direito de defesa.

**Art. 19** Compete ao Superintendente Estadual:

I - dirigir as atividades ARSAN, praticando todos os atos de gestão necessários;

II - indicar, dentre os profissionais da própria Agência ou entre outros profissionais de notório conhecimento, os dirigentes dos demais cargos integrantes da estrutura do órgão;

III - encaminhar ao Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento, todas as matérias de análise e decisão daquele Conselho e toda e qualquer matéria sobre a qual deseje o parecer daquele colegiado, em caráter consultivo;

IV - representar o poder público de regulação e controle perante os prestadores e os usuários dos serviços de saneamento, determinando procedimentos, orientações e a aplicação de penalidades decorrentes da inobservância ou transgressão de qualquer dispositivo legal ou contratual;

V - analisar e decidir sobre os conflitos de interesse e disputas entre o titular dos serviços e os prestadores desses serviços, podendo, para tanto, credenciar delegados técnicos, dentre pessoas de reconhecida competência em suas áreas que, sem vínculo empregatício com a ARSAN, agirão por indicação do Superintendente;

VI - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento, em matéria onde o Conselho seja competente;

VII - representar junto ao Poder Judiciário, quando requerido, em todas as circunstâncias que possam comprometer a prestação dos serviços, a qualidade do atendimento, o equilíbrio econômico-financeiro da prestação, o patrimônio e a continuidade dos sistemas;

VIII - submeter anualmente à apreciação da coletividade, através de Audiência Pública, relatório sobre o exercício das suas atribuições e as da ARSAN.

## Capítulo VI Do Ouvidor Geral dos Serviços de Saneamento

**Art. 20** O Ouvidor Geral dos Serviços de Saneamento será designado pelo Governador do Estado, com base em processo de escolha no âmbito do Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento, entre os candidatos indicados para esse fim pelos representantes dos usuários naquele Conselho.

**§ 1º** O Ouvidor Geral dos Serviços de Saneamento terá mandato de 2 (dois) anos em período não coincidente com o do Superintendente Estadual, aplicando-se ao mandato do Ouvidor Geral o disposto no § 5º do artigo 14.

**§ 2º** Os representantes dos usuários no Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento farão a indicação de pelo menos 3 (três) candidatos as funções de Ouvidor Geral dos Serviços de Saneamento, cujos nomes e currículos serão divulgados com 30 (trinta) dias de antecedência da sessão de escolha.

**§ 3º** No período entre a publicação das indicações e a sessão de escolha, o Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento fará realizar sessões públicas para sabatina e avaliação dos candidatos, como forma de apoiar a escolha pelos conselheiros.

**Art. 21** Compete ao Ouvidor Geral dos Serviços de Saneamento atender às solicitações de informação e esclarecimento feitas pelos usuários sobre a prestação dos serviços e sobre os processos de sua regulação e controle, detendo para esse fim o poder de fazer ou mandar fazer as averiguações necessárias, tanto em relação aos prestadores dos serviços, como em relação à ARSAN.

**§ 1º** Para o exercício de suas funções, o Ouvidor Geral contará com recursos e com o apoio da estrutura da ARSAN.

**§ 2º** O atendimento dos pedidos de informações e de esclarecimentos feitos pelo Ouvidor Geral dos Serviços de Saneamento será obrigatório para os responsáveis pelas empresas prestadoras de serviço e pela ARSAN, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

**§ 3º** Os contratos de concessão ou permissão deverão, obrigatoriamente, dispor sobre as sanções a serem aplicadas aos responsáveis pelas concessionárias quando caracterizada a recusa em atender solicitações encaminhadas pelo Ouvidor Geral dos Serviços de Saneamento.

## Capítulo VII

### Da Diretoria de Regulação da Qualidade

**Art. 22** A Diretoria de Regulação da Qualidade é o órgão responsável por estabelecer as normas e padrões relativos a qualidade da prestação dos serviços, da qualidade do produto, do atendimento aos usuários, da preservação dos sistemas e garantia do atendimento futuro, verificando de modo sistemático o grau de atendimento ou desvio apresentado em cada caso.

**Art. 23** No exercício de suas atribuições, compete à Diretoria de Regulação da Qualidade:

I - realizar estudos e pesquisas que sejam necessários ao suporte às atividades da ARSAN e, em especial, fornecer elementos técnicos para a definição e/ou modificação dos padrões de operação e de prestação dos serviços;

II - elaborar as propostas de normas, regulamentos e instruções técnicas para a definição dos padrões de serviço e a fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços;

III - executar programas regulares de acompanhamento das informações sobre a prestação dos serviços, visando identificar a regularidade ou desvios no atendimento aos padrões contratados;

IV - promover, de modo sistemático ou em regime especial, a fiscalização e verificação, em campo, do funcionamento dos sistemas e dos padrões efetivos dos serviços ofertados, identificando e tratando os desvios constatados, inclusive mediante autuações e sanções cabíveis;

V - realizar, diretamente ou através de terceiros, auditorias e processos de certificação técnica nos sistemas, elaborando e apresentando seus resultados e propostas de medidas decorrentes.

VI - definir e estruturar os sistemas de coleta, tratamento, guarda recuperação e disseminação das informações sobre as atividades de interesse para o planejamento e monitoração dos serviços de saneamento regulados;

VII - definir os dados a serem requeridos dos prestadores dos serviços e a periodicidade de seu fornecimento para fins de alimentação das bases de dados do sistema de informações e o acompanhamento da evolução da prestação dos serviços;

VIII - montar e administrar as bases de dados sobre os serviços regulados, mantendo-as atualizadas e disponíveis para utilização;

IX - interconectar o sistema de informações de serviços de saneamento com outros sistemas de informações e bases de dados, provendo e acessando informações para o atendimento das necessidades de planejamento e monitoração das atividades;

X - elaborar relatórios regulares de sistematização e divulgação das informações, publicando periodicamente os dados que permitam à sociedade e aos interessados em geral acompanhar o desempenho e evolução dos serviços.

## Capítulo VIII Da Diretoria de Regulação Econômica

**Art. 24** A Diretoria de Regulação Econômica é o órgão responsável pela regulação e controle dos aspectos econômicos e financeiros da prestação dos serviços, cabendo-lhe administrar as tarifas, visando garantir o equilíbrio econômico e financeiro dos sistemas, e acompanhar o desempenho e qualidade da gestão econômica e financeira dos operadores, como forma de garantir a continuidade da prestação dos serviços e sua economicidade em regime de exploração econômica eficiente.

**Art. 25** No exercício de suas atribuições, compete à Diretoria de Regulação Econômica:

I - propor, mediante estudos, os processos de regulação econômica, regimes e fórmulas tarifárias para os serviços de saneamento regulados;

II - realizar, direta ou indiretamente, estudos e análises das propostas de revisão de tarifas, com base nos regimes e condições estabelecidas nos contratos de concessão e permissão para prestação dos serviços, fornecendo os elementos para análise e decisão pelo poder concedente;

III - acompanhar sistematicamente, a evolução dos custos da prestação dos serviços, inclusive os referentes ao investimentos, visando comparar os níveis de eficiência em vários sistemas e prestadores de serviço;

IV - definir procedimentos e realizar, direta ou indiretamente, auditorias econômico-financeiras nos prestadores dos serviços de saneamento visando acompanhar o desempenho e a capacidade econômica e financeira desses prestadores para manter a prestação futura dos serviços;

V - promover a simulação de mercado competitivo para as atividades reguladas de prestação dos serviços de saneamento, mediante procedimentos de comparação por parâmetros de desempenho;

VI - elaborar e operar sistemas de informações e bases de dados que sejam necessários para apoio aos estudos e às atividades realizadas pela Diretoria.

## Capítulo IX Da Assessoria Jurídica

**Art. 26** A Assessoria Jurídica é o órgão responsável pelos contratos e todos os atos jurídicos que disciplinem a relação entre ARSAN, os prestadores e os usuários dos serviços, cabendo-lhe ainda promover a defesa dos interesses do sistema de regulação dos serviços e o equacionamento das questões jurídico-legais requeridas pelo funcionamento das funções de regulação e controle dos serviços.

**Art. 27** No exercício de suas atribuições, compete à Assessoria Jurídica:

I - elaborar e/ou orientar a elaboração de todas as propostas de legislação, normas, regulamentos e quaisquer instrumentos de natureza legal, visando garantir a legalidade e propriedade desses instrumentos;

II - analisar e emitir parecer sobre os contratos de concessão e permissão e das condições especiais que assegurem nos mesmos, os requisitos para o exercício das atividades de regulação e controle da prestação dos serviços;

III - apoiar, nos aspectos jurídico-legais, as atividades da ARSAN, em suas várias unidades organizacionais;

IV - promover as ações competentes para a defesa dos interesses da ARSAN, em juízo ou fora dele;

V - assistir o relacionamento da ARSAN com os titulares do poder concedente dos serviços, com os prestadores de serviços e com os usuários dos serviços, ou quaisquer outros atores;

VI - promover ações regulares de caráter preventivo no âmbito da ARSAN e de suas relações externas, visando prevenir a legalidade das ações e evitar o surgimento de demandas legais ou administrativas desnecessárias.

### Capítulo X Da Coordenadoria Administrativa

**Art. 28** À Coordenadoria Administrativa caberá fornecer o apoio logístico necessário para o pleno exercício das atividades da ARSAN, no que se refere à gestão de seus recursos humanos, financeiros e patrimoniais.

### Capítulo XI Do Funcionamento das Atividades de Regulação e Controle

**Art. 29** As atividades de regulação e controle da prestação dos serviços de saneamento serão realizadas de acordo com as disposições legais sobre a prestação dos serviços públicos, sobre a garantia do direito dos consumidores, da ordem econômica e da defesa da economia popular, sobre a preservação do meio-ambiente, a defesa da vida e a saúde pública, assim como o que dispuserem, de modo específico, as leis, regulamentos, normas, instruções e os contratos de concessão e os instrumentos de permissão para a prestação dos serviços e, em especial, a Lei Estadual de Prestação de Serviços de Saneamento.

**Parágrafo Único** - A ARSAN se articulará com outros órgãos e entidades, dos vários níveis de governo responsáveis pela regulação e controle nas áreas de interface e de interesse comum para os serviços públicos, como as de meio ambiente, saúde e gestão dos recursos hídricos, visando garantir uma ação integrada e econômica, concentrando suas ações diretamente naqueles aspectos que digam respeito especificamente à prestação dos serviços.

**Art. 30** No exercício da regulação e controle dos serviços, a ARSAN poderá atuar através do regime normal, do regime de acompanhamento especial e do regime de administração especial.

**Art. 31** Define-se como regime normal, a atuação da ARSAN através da fixação de normas e padrões para a prestação regular dos serviços e a execução sistemática de atividades de acom-

panhamento de informações regulares dos prestadores de serviço e as de fiscalização corrente dos serviços prestados .

**Art. 32** O regime de acompanhamento especial será adotado pela ARSAN, naquelas condições em que as atividades do regime normal tenham reconhecido a existência de fatos anômalos ou dificuldades especiais do serviço e/ou da prestadora do serviço, e para cuja verificação e correção se exija uma maior presença do órgão regulador e de controle junto ao prestador do serviço e ao sistema .

**Parágrafo Único** - Dentre as formas para o exercício da regulação e acompanhamento especial, a ARSAN poderá exigir do prestador do serviço o afastamento temporário de algum dos seus dirigentes, indicando, ou solicitando do poder concedente, alguém para ocupar essa posição enquanto durar esse regime.

**Art. 33** O regime de administração especial só será adotado pela ARSAN naquelas condições em que se configurar grave ameaça para a prestação dos serviços ou sua manutenção e preservação futura e terá por finalidade avaliar a exata extensão dos problemas e a proposição de remédio adequado, inclusive a retomada pelo poder titular dos serviços, da concessão ou permissão.

**Parágrafo Único** - Na ocorrência dessa situação, sempre que possível, este regime será diretamente exercido por intermédio de autoridade designada pelo Poder Concedente, cabendo à ARSAN, neste caso, apoiar diretamente a autoridade designada no exercício dessas atribuições.

**Art. 34** O Superintendente Estadual expedirá os atos próprios para execução dos regimes de acompanhamento especial ou de administração especial, dando ciência ao titular dos serviços e ao Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento, das razões e das medidas adotadas.

**Art. 35** As entidades e órgãos, públicos ou privados, prestadores de serviços regulados e controlados pela ARSAN, que venham a incorrer em alguma infração às leis, regulamentos, contratos e outras normas pertinentes, ou ainda que não cumpram adequadamente as ordens, instruções e resoluções da ARSAN, serão passíveis das sanções previstas na Lei Federal nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995 e na legislação estadual específica relativa aos serviços públicos de saneamento e outras aplicáveis.

**Parágrafo Único** - As sanções serão aplicadas diretamente pelo Superintendente Estadual, atendidas as formalidades que as originaram e indicadas as suas razões, no auto de infração.

**Art. 36** Dos atos do Superintendente Estadual caberão recurso ao Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento.

## Capítulo XII Do Financiamento das Atividades da ARSAN

**Art. 37** Fica criada a taxa de Serviços de Regulação e Controle de Serviços de Saneamento, tendo como fato gerador a fiscalização dos serviços efetuada pelo Estado através da ARSAN.

**§ 1º** A alíquota da taxa de que trata o artigo anterior será de até 1% (um por cento), incidente sobre o valor faturado pelos operadores dos serviços de saneamento submetidos à regulação e controle.

**§ 2º** Contribuinte da taxa será o prestador dos serviços .

**Art. 38** O Superintendente Estadual da ARSAN, apresentará anualmente ao Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento seu Plano de Trabalho e Previsão Orçamentaria, com demonstração da forma de equilíbrio financeiro esperada para as atividades da Agência.

**Parágrafo Único** - A elaboração da proposta orçamentária seguirá as normas fixadas pelo Regime Orçamentário e Financeiro do Estado.

**Art. 39** Além dos recursos oriundos da taxa de serviço de regulação e controle, poderão constituir receitas da ARSAN dotações orçamentárias governamentais, doações, recursos de convênios, transferências de recursos de outros níveis de governo e receitas pela prestação de serviços a entes públicos e privados pela Agência, dentro de seu campo de competência profissional.

### Capítulo XIII Da Administração da ARSAN

**Art. 40** O Plano de Trabalho e a Previsão Orçamentária, uma vez aprovado preliminarmente pelo Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento, servirá de base para a negociação entre a administração da ARSAN e a **(órgão da administração estadual ao qual se vincula a ARSAN)**, para a celebração de um contrato de gestão com a administração pública estadual.

**§ 1º** O contrato de gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da ARSAN e da avaliação do seu desempenho, constituindo elemento integrante da prestação de contas da **(órgão da administração estadual ao qual se vincula a ARSAN)**.

**§ 2º** O contrato de gestão será avaliado periodicamente e, se necessário, revisado, com a assistência do Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento, sem prejuízo das responsabilidades da direção superior da ARSAN para cumpri-lo.

**§ 3º** O contrato de gestão, além de estabelecer parâmetros para a administração interna da ARSAN, deve estabelecer nos programas anuais de trabalho, indicadores que permitam quantificar e qualificar, de forma objetiva, a avaliação do seu desempenho.

**Art. 41** Observadas as normas legais do regime financeiro das autarquias, os recursos serão administrados diretamente pela Superintendência Estadual, através de contas bancárias movimentadas pela assinatura conjunta do Superintendente e do responsável pelas atividades financeiras do órgão.

### Capítulo XIV Das Disposições Finais e Transitórias

**Art. 42** Fica a ARSAN autorizada a efetuar a contratação temporária, por prazo não excedente a 24 meses, não podendo ser prorrogado, do pessoal imprescindível ao início e continuidade de suas atividades.

**Art. 43** A ARSAN poderá requisitar, com ônus, servidores de órgãos e entidades integrantes da administração pública estadual direta, indireta ou fundacional, quaisquer que sejam as funções a serem exercidas.

**Art. 44** Fica autorizado o Poder Executivo a abrir, para o exercício de 1999, crédito especial até o limite de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ reais), tendo como origem as fontes previstas no parágrafo 1º, incisos I e II, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 27 de março de 1964.

**Parágrafo Único** - Aplica-se ao disposto neste artigo as normas estabelecidas no art. 6º da Lei nº 6.018, de 30 de dezembro de 1996.

**Art. 45** Durante o período no qual as receitas de que trata o artigo 37 ainda não tiverem sido disponibilizadas para o custeio das operações da ARSAN, o Poder Executivo deverá submeter à Assembléia Legislativa requerimento para alocação de recursos necessários ao financiamento de tais operações.

**Art. 46** O prazo do mandato do Superintendente, na primeira gestão da autarquia, terá a duração que for compatível com o disposto no artigo 16.

**Art.47** A primeira indicação dos conselheiros para a instalação do Conselho Estadual de Regulação e Controle dos Serviços de Saneamento observará prazos diferenciados de mandato da seguinte forma: 18 (dezoito) meses para o representante dos operadores de serviços; 12 (doze) meses para o representante dos governos municipais com sistemas integrados; e 30 (trinta) meses para o representante dos usuários.

**Art.48** O edital do concurso para seleção e preenchimento das vagas no cargo de Especialista em Regulação e Controle de Serviços Públicos, deverá, obrigatoriamente, quantificar o número de vagas por categoria profissional.

**Art. 49** Os pré-requisitos e as atribuições dos demais integrantes do quadro permanente da ARSAN, serão os mesmos definidos no Plano de Cargos e Salários dos servidores do poder executivo estadual.

**Art. 50** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



## ANEXO I - Quadro de Cargos em Comissão

Grupo: Direção e Assessoramento Superior -

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	QUANTIDADE
Superintendente	DAS ...	1
Ouvidor Geral de Serviços de Saneamento	DAS ...	1
Diretor de Regulação da Qualidade	DAS ...	1
Diretor de Regulação Econômica	DAS ...	1
Coordenador Administrativo	DAS ....	1
Chefe de Gabinete	DAS ....	1
Gerente de Grupos Técnicos	DAS ....	4

Quadro de Funções Gratificadas

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Secretaria de Diretor	FG	4
Secretaria de Coordenador	FG	1

**ANEXO II - QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Grupo: Atividades de Nível Superior -

CARGO	CÓDIGO	QUANTIDADE
Técnico em Regulação e Controle de Serviços Públicos	.....	10
Estatístico	.....	1
Contador	.....	1
Administrador	.....	1

Grupo: Serviços Jurídicos -

CARGO	CÓDIGO	QUANTIDADE
Consultor Jurídico		2

Grupo: Atividade de Nível Médio -

CARGO	CÓDIGO	QUANTIDADE
Auxiliar Técnico		2

Grupo: Serviços Auxiliares

CARGO	CÓDIGO	QUANTIDADE
Agente Administrativo		2

Grupo: Transporte Oficial e Portaria

CARGO	CÓDIGO	QUANTIDADE
Motorista		2
Agente de Portaria		2

**ANEXO III: Requisitos e atribuições do Cargo Técnico em Regulação e Controle de Serviços Públicos**

1) Requisitos para Provimento:

a) Diploma de nível superior em uma das seguintes áreas: engenharia, direito, economia, administração ou ciências contábeis; ou diploma de pós-graduação em administração pública, engenharia sanitária ou desenvolvimento urbano

b) Habilitação legal para o exercício da profissão

c) Experiência profissional mínima comprovada de 3 (três) anos em assuntos relacionados com as atividades a serem desempenhadas

2) Descrição Sintética das Atividades:

a) acompanhar e fiscalizar o desempenho das atividades prestadas pelos operadores e concessionários de serviços públicos através da análise de relatórios técnicos contendo indicadores operacionais, econômicos, contábeis e financeiros da execução dos serviços;

b) emitir laudos técnicos e pareceres sobre o grau de adequação dos serviços prestados em relação à normas e padrões existentes;

c) promover estudos sobre a adequabilidade e modicidade das tarifas cobradas pela prestação dos serviços e opinar sobre as proposições de reajuste solicitados pelos operadores;

d) analisar e avaliar a viabilidade econômico-financeira dos programas de investimentos públicos e privados nas áreas de atuação das empresas concessionárias;

e) efetuar levantamentos, estudos e pesquisas em questões relacionadas às áreas de atuação das empresas concessionárias;

f) orientar os prestadores de serviços quanto a adequabilidade das normas e parâmetros existentes.

g) esclarecer e prestar informações demandadas pelos usuários da prestação dos serviços;

h) organizar e manter atualizado banco de dados contendo informações necessárias às atividades de regulação e controle de serviços públicos concedidos;

**MINUTA DE CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DO  
MUNICÍPIO À AGÊNCIA ESTADUAL**

CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DE PODERES E DE  
COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_ E A A-  
GÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEA-  
MENTO DO ESTADO DE \_\_\_\_\_ -  
ARSAN, NA FORMA ABAIXO INDICADA.

O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_, do Estado de \_\_\_\_\_, ente público de direito interno, inscrito no CGC/MG sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado MUNICÍPIO, representado pelo Prefeito \_\_\_\_\_, CPF/MG nº \_\_\_\_\_ e a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento do Estado \_\_\_\_\_, autarquia criada pela Lei Estadual nº \_\_\_\_\_, doravante designada ARSAN, inscrita no CGC sob o nº \_\_\_\_\_ e localizada à \_\_\_\_\_, conscientes da necessidade de implementar e atualizar os serviços de saneamento básico e certos de que o estabelecimento de um sistema de cooperação e delegação de tarefas entre os contratantes facilitará o desenvolvimento e a modernização dos serviços de saneamento básico, decidiram celebrar um Convênio de Cooperação Técnica, Administrativa e Financeira nos termos da Lei Estadual nº \_\_\_\_\_ que instituiu a ARSAN, da Lei Estadual nº \_\_\_\_\_ que dispõe sobre a Prestação dos Serviços de Saneamento, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 8.666/93, no que, couber e da respectiva lei autorizativa municipal, têm justo e acordado, o presente INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE CONVÊNIO (doravante designado CONVÊNIO), nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SEUS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

1.1 O objeto do presente CONVÊNIO é a delegação à ARSAN, pelo Município \_\_\_\_\_, na condição de Titular dos serviços de interesse local, ex-vi do Art. 30, inciso V, da Constituição Federal e do Art. ...., inciso ...., da Constituição Estadual, do exercício das seguintes atividades:

- I – elaboração dos procedimentos técnicos para a celebração, gestão, rescisão e anulação dos contratos de concessão e permissão dos serviços de saneamento básico;
- II - fiscalização e controle da prestação dos serviços de saneamento básico ;
- III - regulação da prestação dos serviços concedidos, permitidos ou delegados;
- IV - articulação com as entidades e órgãos ligados ao Setor de Saneamento, Meio Ambiente, Saúde Pública e de Recursos Hídricos, com a finalidade de possibilitar a coordenação das interfaces entre os respectivos sistemas de regulação;
- V - monitoramento dos serviços prestados e aplicação de penalidades da competência da ARSAN, assim como fornecimento de informações necessárias à aplicação de penalidades que competem diretamente ao Titular;
- VI - procedimentos para a recomendação ao poder concedente, quando for o caso, da intervenção nos serviços prestados pelas operadoras, ou a sua extinção;

- VII - elaboração de estudos técnicos para regulação, avaliações econômicas e de custos;
- VIII - atuação nos processos de definição, fixação, atualização e revisão de tarifas, observados os contratos e as políticas fixadas pelo Titular dos serviços;
- IX - recebimento, apuração e resolução de queixas e reclamações dos usuários;
- X - orientação, fiscalização e, se autorizada, realização dos procedimentos administrativos do processo licitatório para seleção de concessionário ou permissionário.

*(Esta cláusula deverá ser adaptada conforme a necessidade ou interesse de cada Município quanto aos serviços a serem delegados à ARSAN)*

- 1.2 A ARSAN regulará os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no território do MUNICÍPIO por força da delegação do MUNICÍPIO ora formalizada e em consonância com as diretrizes gerais estabelecidas nas Leis Estaduais nº ..... e nº ....., nas condições estipuladas neste convênio, em conformidade com as normas gerais da União.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS**

- 2.1 A prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do MUNICÍPIO far-se-á diretamente ou mediante concessão ou permissão, precedida de licitação, na forma da legislação pertinente e de acordo com a decisão do Titular.
- 2.2 A ARSAN, por força da delegação do MUNICÍPIO contida neste termo, apoiará tecnicamente o titular, para proceder a licitação e firmar os respectivos contratos de concessão e/ou permissão, bem como para elaborar outros instrumentos de controle, adequados à forma de prestação dos serviços definida pelo Titular.
- 2.3 A ARSAN, nos termos da presente delegação e de acordo com as condições sócio-econômicas da população do MUNICÍPIO procederá os estudos técnicos necessários à fixação das tarifas dos serviços e demais encargos que forem necessários à prestação dos serviços, assegurando ao Titular o pleno acesso a todas as informações referentes a estes estudos.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 3.1 O MUNICÍPIO obriga-se a:
- I. fornecer à ARSAN todas as informações necessárias sobre a situação sanitária, as condições sócio-econômicas e outras que forem pertinentes ao exercício das atribuições delegadas por força deste instrumento;
  - II. propiciar à ARSAN, seus prepostos e/ou terceiros executantes dos serviços ora delegados, o acesso às informações e aos locais dos serviços;
  - III. adotar as providências de sua competência enquanto titular dos serviços, no que se refere às decisões quanto às revisões tarifárias, e quanto à aplicação de sanções por

descumprimento de condições contratuais, inclusive o cancelamento das concessões ou permissões.

3.2 A ARSAN obriga-se a:

- I. zelar perante o MUNICÍPIO e seus munícipes pela boa e adequada execução dos serviços, inclusive pelos danos que lhes forem causados pelos concessionários ou permissionários dos serviços;
- II. realizar, quando solicitados e devidamente autorizados pelo MUNICÍPIO, os procedimentos administrativos para as licitações de concessões e permissões, de acordo com as normas legais e regulamentares pertinentes e com as especificações técnicas adequadas à efetiva prestação dos serviços;
- III. exercer o controle e a fiscalização dos serviços, exigindo dos concessionários e permissionários o perfeito cumprimento das condições contratuais;
- IV. prestar ao MUNICÍPIO cooperação técnica para a elaboração de planos, programas e definição de ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando a sua integração à legislação que dispõe sobre a prestação, regulação, fiscalização e controle dos serviços de saneamento do Estado e à Política Estadual de Saneamento.

3.3 A ARSAN compromete-se a não extrapolar os limites da competência que lhe foi conferida neste CONVÊNIO, bem como exercer aquelas atividades que lhe foram delegadas, com toda a presteza e visando sempre a legalidade, moralidade e economicidade dos serviços e, em especial, a perfeita execução pelos concessionários dos serviços de saneamento básico, de modo a atender as necessidades da população local.

3.4 Cada parte procurará incentivar a criação e manutenção de um ambiente profícuo de trabalho, estimulando o desenvolvimento técnico de funcionários e peritos dos contratantes e o intercâmbio de informações em todos os campos de atuação deste CONVÊNIO.

3.5 Nos termos deste instrumento, os CONVENIADOS obrigam-se a, dentro de suas competências peculiares, integrar o processo de reestruturação do setor de saneamento básico, promovendo as diretrizes emitidas pelo Governo do Estado e pelo Município, Titular serviços.

3.6 Os CONVENIADOS comprometem-se a absterem-se de qualquer ato, procedimento ou iniciativa paralela, conflitante ou concomitante ao objeto do presente CONVÊNIO.

#### **CLÁUSULA QUARTA: - DO PRAZO DE DURAÇÃO**

4.1 O presente convênio vigorará por prazo indeterminado, ressalvadas as hipóteses de rescisão previstas nesta cláusula.

4.2 O MUNICÍPIO e a ARSAN poderão rescindir, amigavelmente, o presente convênio, se não convier a qualquer das partes a continuidade do mesmo ou pela superveniência de norma legal que o torne inexecutável.

4.3 O presente convênio será, também, rescindido, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições.

## CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

- 5.1 O presente CONVÊNIO, observada a necessidade de se resguardar sempre a continuidade dos serviços públicos de saneamento básico e resíduos sólidos, poderá ser rescindido:
- I - por qualquer dos CONVENIADOS, caso a outra parte torne-se inadimplente ou descumpra qualquer das disposições aqui contidas; e
  - II - por qualquer dos CONVENIADOS, injustificadamente, a qualquer tempo e sem incidência de qualquer penalidade, mediante aviso à outra parte, com ..... (.....) meses de antecedência.
- 5.2 Na hipótese de inadimplemento ou descumprimento das disposições contratuais, a parte inadimplente será notificada para que, em 30 (trinta) dias, cumpra a contento com as suas obrigações contratuais, em nome do interesse público, sob pena de rescisão do presente INSTRUMENTO, arcando a parte inadimplente com o ônus decorrente da rescisão, inclusive a indenização à outra parte pelos prejuízos causados.
- 5.3 Os termos de rescisão definirão as condições de assunção, pelo MUNICÍPIO, dos serviços ora delegados.
- 5.4 Não será considerada como causa para rescisão deste CONVÊNIO o descumprimento de qualquer obrigação decorrente de motivo de força maior, caso fortuito ou de fato que, por qualquer motivo, não possa ser imputado, direta ou indiretamente, a qualquer dos CONVENIADOS.

## CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

- 6.1 Fica eleito o foro da Capital do Estado de .....para dirimir quaisquer questões fundadas no presente CONVÊNIO.

O Presente CONVÊNIO entra em vigor na data de sua assinatura.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente INSTRUMENTO, em .....(.....) vias e na presença das testemunhas abaixo indicadas.

....., de ..... de 1998.

\_\_\_\_\_  
Município (s)

\_\_\_\_\_  
ARSAN

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
nome

\_\_\_\_\_  
nome:

**MODELO DE LEI AUTORIZATIVA DA CONCESSÃO  
DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO**

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 199 \_\_\_\_.

*Autoriza o Poder Executivo a conceder a prestação dos serviços de saneamento básico no Município de \_\_\_\_\_, de acordo com a Lei Municipal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 199 \_\_, que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em conformidade com as Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações pela Lei nº 8.883, de 06 de julho de 1994, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, com suas alterações pela Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, e a Lei Estadual nº \_\_\_\_\_. **(lei estadual de prestação dos serviços)**.....*

A Câmara Municipal de \_\_\_\_\_ aprova, e o Prefeito sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica a Prefeitura Municipal de \_\_\_\_\_ autorizada a outorgar a concessão dos serviços de saneamento básico compreendidos por:

**I** – serviços de abastecimento de água, englobando as atividades de captação de água bruta, a adução, o tratamento, a reservação e a distribuição para consumo público; e,

**II** – serviços de esgotamento sanitário englobando as atividades de coleta de resíduos trazidos por meio de tubos e condutos, o transporte, o tratamento, reaproveitamento e a disposição final, bem como outras soluções alternativas.

**Art. 2º** - A concessão de que cuida esta Lei será precedida por licitação na modalidade de Concorrência, tipo maior oferta pela outorga da concessão, combinado com menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, após exame das propostas.

**Art. 3º** - No intuito de viabilizar a prestação dos serviços de saneamento mencionados, fica a Prefeitura autorizada a transferir ao vencedor do processo licitatório a posse dos bens públicos necessários à execução dos serviços a serem contratados, bens estes que reverterão ao Município, automaticamente, ao término da concessão.

**Art. 4º** - Fica o Prefeito Municipal autorizado a praticar todos os atos destinados à efetivação do processo licitatório mencionado.

**Art. 5º** - Revogam-se todas as disposições em contrário.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 199 \_\_\_\_.